



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

Trajelórias de Vida

Análise dos eventos contributivos para a medida de internamento de jovens em centros educativos

Discente: Catarina Marques

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para obtenção do Grau de Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social

Orientador: Prof. Dr. Nuno Pires

Coorientador: Prof. Dra. Madalena Oliveira

Junho 2025

Resumo

Este relatório documenta o percurso do estágio profissional realizado no âmbito do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, desenvolvido num centro educativo no norte do país entre novembro de 2023 e julho de 2024. O estágio teve como foco a intervenção de jovens em cumprimento de medida tutelar de internamento, com o objetivo de identificar os fatores que motivam o seu acolhimento, bem como os desafios associados à reintegração social.

A investigação visou compreender os eventos que contribuíram para a primeira medida de internamento em CE dos jovens e os motivos associados aos acolhimentos subsequentes. Foram analisados os fatores sociais, económicos, familiares, educacionais e psicológicos, combinando assim na metodologia a observação participante e análise documental.

A prática profissional permitiu um contacto direto com os jovens e uma análise crítica do papel do assistente social em contexto institucional. Os resultados evidenciam a necessidade de estratégias de intervenção mais individualizadas, reforço do acompanhamento pós-internamento e maior articulação com as famílias e comunidades.

O estágio contribuiu para o desenvolvimento de competências técnicas e reflexivas, reforçando a importância de uma abordagem multidisciplinar e centrada no jovem, como resposta às problemáticas da delinquência juvenil e da exclusão social.

Palavras-chave: Delinquência Juvenil, Influência Familiar, Fatores de Risco, Reintegração Social, Internamento

Abstract

This report documents the professional internship undertaken as part of the Master's Degree in Social Intervention in Childhood and Youth at Risk of Social Exclusion, carried out at an educational centre in the north of the country between November 2023 and July 2024. The internship focused on the intervention with young people serving a custodial educational measure, with the aim of identifying the factors that led to their institutional placement, as well as the challenges associated with social reintegration.

The research aimed to understand the events that contributed to the first custodial measure in the educational centre and the reasons behind subsequent placements. Social, economic, family, educational, and psychological factors were analysed, using a methodology that combined participant observation with document analysis.

The professional practice provided direct contact with the youth and enabled a critical analysis of the role of the social worker in an institutional setting. The results highlight the need for more individualised intervention strategies, stronger post-institutional follow-up, and greater coordination with families and communities.

The internship contributed to the development of technical and reflective skills, reinforcing the importance of a multidisciplinary, youth-centred approach in addressing the issues of juvenile delinquency and social exclusion.

Key-words: Juvenile Delinquency, Family Influence, Risk Factors, Social Reintegration, Custodial Placement

Agradecimentos

A conclusão deste estágio e a elaboração deste relatório não teriam sido possíveis sem o apoio e a colaboração de diversas pessoas, às quais expresso a minha maior e sincera gratidão.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador de estágio, pelo acompanhamento, pela grande orientação e pelos valiosos conselhos ao longo deste percurso. O seu apoio foi essencial para a minha aprendizagem e para o desenvolvimento deste trabalho. Um agradecimento especial à diretora do meu curso e coorientadora, por todo o apoio ao longo deste percurso.

Agradeço também ao Centro Educativo, em especial ao Diretor e à minha Supervisora (assim como o Coordenador e toda a Equipa restante) pela receção calorosa, pela partilha de conhecimentos e pela confiança que depositaram em mim. A oportunidade de integrar este ambiente educativo foi bastante enriquecedora e contribuiu significativamente para o meu crescimento pessoal e profissional.

Um agradecimento especial aos jovens e respetivas famílias com quem tive a oportunidade de interagir. Foram eles que tornaram esta experiência ainda mais significativa, ensinando-me valiosas lições sobre dedicação, empatia e o verdadeiro impacto da educação e da reinserção social.

Expresso a minha maior gratidão à minha família, em especial à minha mãe por ser o meu pilar, ao meu pai, e aos meus amigos pelo apoio incondicional ao longo desta jornada académica. O incentivo e a compreensão de cada um foram fundamentais para a superação dos desafios encontrados no caminho.

Por fim, mas não menos importante, o meu maior e mais sincero obrigado ao meu namorado por todo o apoio nos momentos mais complicados, por ser a minha força, o meu porto seguro e quem mais me motivou para seguir com este projeto e nunca desistir, por mais complicado que este percurso pudesse parecer.

A todos, o meu muito obrigada.

Índice

Introdução.....	6
Enquadramento Teórico	9
Delinquência Juvenil	9
Comportamentos e Fatores De Risco.....	10
Centros Educativos	12
Internamento De Jovens em Centros Educativos	14
Impacto Do Internamento	16
Descrição Da Instituição	19
Estrutura e Funcionamento do Centro.....	19
Perfil dos Jovens com Medida De Internamento em CE.....	24
O Assistente Social em Centros Educativos.....	27
Atividades Realizadas no Estágio	28
Intervenção Direta com os Jovens: Participação nas Atividades e Supervisão.....	33
Desafios Identificados durante o Estágio.....	35
Método.....	38
Amostra.....	39
Discussão	43
Limitações.....	46
Conclusões.....	48
Reflexões Finais Sobre o Impacto do Estágio no seu Desenvolvimento Profissional.	48
Bibliografia	50
Anexos.....	56
Anexo Nº1: Cronograma.....	57
Anexo Nº2: Organograma Do CE.....	58

Índice de Quadros, Tabelas, Figuras e Abreviações

Figuras:

Figura 1 – Tempo da medida dos jovens internados no CE

Figura 2 – Delitos cometidos pelos jovens internados no CE

Tabelas:

Tabela 1 - Atividades realizadas durante o estágio no CE

Tabela 2 – Dados Sócio Demográficos da Amostra

Abreviaturas e Siglas

CE – Centro Educativo

DGRSP – Direção Geral e Reinserção dos Serviços Prisionais

LTE – Lei Tutelar Educativa

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

MTI – Medida Tutelar de Internamento

MCG – Medida Cautelar de Guarda

SI – Supervisão Intensiva

TSRS – Técnico Superior de Reinserção Social

RGDCE – Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos

PEP – Projeto Educativo Pessoal

TPRS – Técnico Profissional de Reinserção Social

AS – Assistente Social

PIE – Plano de Intervenção Educativa

RI – Regulamento Interno

REMI's – Relatório Periódico de Execução de Medida de Internamento

RF – Relatório Final

PAD – Plano de Acompanhamento Diferenciado

PAE – Plano de Ação Específico

PO's – Participações de Ocorrência

YSL/CMI – Youth Level of Service / Case Management Inventory

RSAP – Relatório Social com Avaliação Psicológica

Introdução

O presente relatório de estágio foi escrito no âmbito da unidade curricular de estágio profissional com relatório final, inserida no plano de estudos do segundo ano do mestrado em intervenção social na infância e juventude em risco de exclusão social, no Instituto Superior de Serviço Social do Porto - ISSSP, no ano letivo 2023/2024, prolongando-se até maio de 2025. Este relatório reflete o trabalho de terreno desenvolvido num centro educativo no norte do país, entre novembro de 2023 e julho de 2024, fazendo um total de 462 horas no ativo.

Durante esse período foram desenvolvidas várias atividades que possibilitaram um aprofundamento das práticas estudadas e um melhor entendimento dos desafios enfrentados na área. Dessa forma, o estágio representou uma oportunidade enriquecedora para adquirir competências técnicas e analíticas, além de contribuir para a construção de uma base sólida para a elaboração desta tese.

O estudo teve como objetivo geral identificar os eventos que contribuíram para a primeira medida de internamento dos jovens em centros educativos e analisar os motivos associados aos subsequentes internamentos. Para alcançar esse propósito, foram estabelecidos objetivos específicos que permitiram uma análise mais detalhada e abrangente sobre o tema, tais como: a análise dos fatores sociais, económicos, familiares, educacionais e psicológicos, que contribuíram para a (primeira) situação de acolhimento dos jovens; a descrição das trajetórias de vida dos jovens, desde o primeiro internamento até ao momento atual; a caracterização da evolução dos eventos que contribuem para a medida de internamento repetida dos jovens em centros educativos e a identificação de padrões entre os jovens acolhidos, como faixa etária, género e origem socioeconómica.

A escolha deste tema resultou do interesse da estagiária em compreender os fenómenos da delinquência juvenil e dos comportamentos desviantes, particularmente no que respeita às dinâmicas sociais, familiares e individuais que contribuem para o internamento de jovens. A complexidade deste fenómeno e as questões observadas durante o estágio suscitaram a necessidade de aprofundar a análise para além das ações delinquentes em si, considerando os contextos que as influenciam.

O tema da delinquência juvenil é relevante para identificar elementos como desestruturação familiar, pobreza, violência e abandono escolar, que contribuem para o

problema da delinquência. A análise das trajetórias de vida permite explorar como é que esses fatores interagem e ajudam a entender melhor o processo de institucionalização, oferecendo subsídios para a criação de políticas públicas preventivas e mais eficazes, além de soluções mais humanizadas para a reintegração dos jovens na sociedade. Este trabalho poderá ajudar a informar políticas públicas e contribuir para a literatura científica, ajudando a melhorar estratégias de apoio a jovens em risco.

O relatório inicia-se com a *Introdução*, onde se contextualiza o estágio e o tema da monografia, explicando a relevância da delinquência juvenil e da medida de internamento em centros educativos. Em seguida, apresenta-se o objetivo geral do estágio, justificando a escolha do tema e a sua importância para a intervenção social. Por fim, descreve-se a estrutura do relatório, oferecendo uma visão geral dos capítulos que a compõem.

O presente relatório encontra-se organizado em 4 capítulos e consecutivos subtítulos, estruturando de forma coerente e progressiva o percurso do estágio curricular realizado no âmbito do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, bem como a análise da problemática associada à medida de internamento de jovens em centros educativos.

O primeiro capítulo corresponde ao *Enquadramento Teórico*, onde se contextualiza a delinquência juvenil, os comportamentos e fatores de risco, os Centros Educativos (CE), internamento de jovens em CE, o impacto do internamento, destacando as consequências da medida na adaptação dos jovens à vida institucional e na sua reintegração social futura, oferecendo assim uma fundamentação teórica essencial para compreender a problemática em análise. Posteriormente temos a descrição da instituição onde decorreu o estágio, detalhando o funcionamento do centro educativo, a sua estrutura organizacional e o perfil dos jovens internados com medida de internamento. No seguimento temos o papel do assistente social em centros educativos, explicando as responsabilidades e funções deste profissional no acompanhamento e intervenção junto dos jovens, assim como as atividades realizadas durante o estágio, com foco na intervenção direta com os jovens, incluindo a participação nas atividades e a supervisão, destacando os desafios identificados durante o estágio.

O segundo capítulo refere-se ao *Método* que especifica os procedimentos de recolha e análise de dados, incluindo a caracterização da amostra utilizada na investigação.

O terceiro capítulo contempla a *Discussão*, onde são analisados os resultados obtidos

à luz do enquadramento teórico e da prática profissional, refletindo sobre as implicações das intervenções realizadas e as limitações do estudo, que contribuem para a reflexão crítica sobre a investigação.

No quarto e último capítulo sobre as *Conclusões* sintetizam os principais contributos do estágio e da análise desenvolvida, incluindo também as reflexões finais sobre o impacto do estágio no desenvolvimento profissional da aluna.

O relatório inclui ainda a *Bibliografia* consultada e os *Anexos* que complementam e sustentam as informações apresentadas.

Enquadramento Teórico

Delinquência Juvenil

A delinquência juvenil é entendida como a "prática de um ato legalmente qualificado como crime por parte de um menor com idade entre 12 e 16 anos" (Sistema de Segurança Interna, 2015, p. 75). Existem diferentes formas de delinquência, que podem ser classificadas segundo a gravidade, motivação e contexto. Esta pode surgir de forma limitada à adolescência - com infrações esporádicas - ou de forma persistente, desde a infância até à idade adulta, estando esta última associada a alterações estruturais no cérebro e a um envelhecimento biológico acelerado (Carlisi et al., 2020; Langevin et al., 2022).

A delinquência juvenil é um fenómeno multifatorial. Nenhum fator isolado explica, por si só, o envolvimento de jovens em comportamentos infracionais. Entre os fatores de risco mais referidos estão características individuais como défices de autorregulação emocional, impulsividade, baixa autoestima e perturbações de comportamento disruptivo, que afetam a tomada de decisões (Miura, Yamashita & Iwata, 2017; Vieira, 2018).

Nos meios de comunicação, a delinquência juvenil é frequentemente retratada de forma simplista, como fenómeno isolado e desvinculado do contexto social, histórico ou económico. Esta visão reducionista alimenta uma preocupação social pouco esclarecida. Segundo a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), a medida tutelar de internamento visa a assimilação de valores e princípios em conformidade com a lei, dotando os jovens de competências que lhes permitam "conduzir as suas vidas de forma social e legalmente responsável" (Artigo 17, n.º 1 da LTE).

Marteleira (2004) define a juventude como uma etapa de transição entre infância e vida adulta, marcada por profundas transformações. Esta não é apenas uma fase biológica, mas também uma construção social, dependente do contexto histórico, económico e cultural (Pais, 1993; Ferreira, 2017). É uma fase caracterizada pela procura de identidade, pela necessidade de pertença e pela afirmação da autonomia - fatores que, em interação com o meio envolvente, influenciam o comportamento juvenil.

Comportamentos e Fatores de Risco

Importa destacar que os comportamentos de risco, tal como a delinquência, não devem ser atribuídos genericamente à juventude. Nem todos os jovens manifestam atitudes de rebeldia ou resistência à autoridade. Tais comportamentos resultam de uma interação complexa entre fatores individuais, condições socioeconómicas, dinâmica familiar, percurso escolar, e ainda o impacto das tecnologias e redes sociais (Santos & Fonseca, 2020; Costa et al., 2021). Uma abordagem contemporânea requer uma análise abrangente das vulnerabilidades juvenis, tendo em conta as novas dinâmicas sociais.

Estudos indicam que jovens com défices de autorregulação emocional, impulsividade e perturbações comportamentais têm maior probabilidade de se envolverem em delinquência (Vieira, 2018; Miura et al., 2017). A ausência de intervenção precoce compromete o desenvolvimento sócio emocional. No plano familiar, fatores como violência doméstica, negligência, desestruturação e ausência de supervisão são agravantes (Gaspar, 2020). Famílias em situações de vulnerabilidade - desemprego, criminalidade, endividamento - tendem a gerar contextos propícios à delinquência.

Do ponto de vista social, destacam-se a exclusão, o insucesso escolar, a falta de oportunidades e a influência de pares desviantes. Em contextos marginalizados, os jovens podem ver na atividade criminosa uma forma de obter reconhecimento e acesso a bens materiais.

Políticas públicas eficazes são essenciais para prevenir a delinquência juvenil. Estratégias de intervenção comunitária e socioeducativas nos centros educativos promovem a ressocialização (Andrade, 2021; Carvalho, 2022). Uma abordagem holística deve contemplar tanto ações educativas e terapêuticas como iniciativas estruturais para combater a exclusão social e reforçar os recursos comunitários.

A inclusão social, o acesso à educação e ao emprego são fatores decisivos na quebra do ciclo da delinquência. A delinquência juvenil em Portugal é, assim, um fenómeno complexo que exige uma resposta coletiva - envolvendo família, escola, comunidade e Estado - com foco na criação de alternativas saudáveis ao crime (Mascarenhas, 2024).

Os comportamentos de risco podem ser definidos como decisões que expõem os adolescentes a consequências físicas, psicológicas ou sociais (Nunes, 2023). Estes

incluem uso de substâncias, violência, práticas sexuais desprotegidas ou abandono escolar, e estão geralmente associados à ausência de intervenção oportuna (Duarte, 2022).

Estudos de Barbosa-Ducharne et al. (2012) e Braga et al. (2017) destacam a importância do contexto familiar. Práticas parentais negligentes - como ausência de regras e de apoio emocional - são cruciais na origem de comportamentos desviantes. A teoria geral do crime de Gottfredson e Hirschi (1990) defende que tais práticas comprometem o desenvolvimento do autocontrole, onde jovens com falta de supervisão parental têm maior probabilidade de se envolverem com pares desviantes e em comportamentos delinquentes.

Braga et al. (2017) observam que adolescentes de famílias desestruturadas, onde faltam modelos parentais consistentes, tendem a imitar padrões de conduta desviantes. Assim, estes estudos empíricos validam a teoria do crime ao mostrar que o baixo autocontrole, quando associado à ausência de apoio familiar, favorece a delinquência juvenil.

Forsyth et al. (2018) reforçam que o acúmulo de fatores de risco, sem fatores protetores, agrava os comportamentos delinquentes. A intervenção precoce - que fortaleça vínculos familiares e escolares - é crucial para quebrar o ciclo de vulnerabilidade (Parreira, 2018). Estas abordagens subsidiam políticas públicas e programas preventivos eficazes.

Entre os comportamentos delinquentes mais comuns entre adolescentes estão roubo, assalto, vandalismo, uso de drogas, agressões e furtos. Considerando as diferenças entre jovens e adultos, defende-se uma abordagem diferenciada quanto à responsabilidade penal dos menores, centrada na reabilitação e não na punição. A Lei Tutelar Educativa (LTE) incorpora este princípio, priorizando medidas pedagógicas e de reintegração.

Portugal tem tradição na proteção dos direitos dos menores. A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), de 1999, prevê a criação de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), com atuação multidisciplinar. O objetivo é garantir o bem-estar, segurança, saúde e desenvolvimento dos menores em situação de risco.

As estratégias de prevenção da delinquência dividem-se em primárias, secundárias e terciárias (Farrington & Welsh, 2007). A prevenção primária foca-se na criação de

ambientes saudáveis, acesso à educação e combate à pobreza. A secundária identifica jovens em risco, fornecendo apoio psicossocial e familiar. A terciária centra-se na reintegração de infratores, com formação profissional, acompanhamento pós-internamento e medidas de inclusão.

A intervenção, por sua vez, aplica-se quando o comportamento delincente já se manifestou. Inclui programas de justiça restaurativa, medidas socioeducativas, terapia familiar e apoio psicológico (Fulham et al., 2023) A reinserção escolar e profissional é essencial para garantir um futuro promissor e prevenir a reincidência (Silva, 2021).

Evitar a institucionalização desnecessária e apostar em alternativas comunitárias constitui um princípio importante na intervenção com jovens infratores. Assim, a articulação entre prevenção e intervenção é essencial para evitar a reincidência e promover a reintegração dos jovens na sociedade de forma saudável e produtiva.

Centros Educativos

Em 1962, a Organização Tutelar de Menores via os jovens como vítimas das circunstâncias, sem responsabilidade pelos seus atos. Esta visão foi revista pela Lei Tutelar de Menores de 1978 e, mais tarde, pela Lei n.º 166/99, que introduziu medidas mais adequadas para enfrentar a delinquência juvenil. A LTE aplica-se a jovens entre 12 e 16 anos que cometem crimes, com medidas tutelares que podem durar até os 21 anos.

O termo "centro" geralmente refere-se a um local destinado a reunir pessoas com um propósito específico, enquanto "educativo" diz respeito ao processo de adquirir, assimilar e aprender novos conhecimentos. Portanto, um CE é um espaço destinado à educação de jovens, com foco na formação no contexto legal e social.

O CE é considerado por Goffman uma instituição total, pois, em certo sentido, destina-se a "proteger a comunidade de pessoas rotuladas como intencionalmente ameaçadoras" (Benelli, 2014, p.24). O espaço socioinstitucional remete ao ambiente físico onde essas instituições estão inseridas, e onde se desenvolvem atividades específicas (Fisher, 1999).

As medidas tutelares têm caráter pedagógico e corretivo, sendo o internamento reservado para casos mais complexos, nos quais o afastamento do meio familiar e o uso

de programas educativos são necessários. O objetivo é que os jovens adquiram valores legais e sociais, capacitando-os a viver de forma responsável, conforme a lei (art. 17.º, n.º 1 da LTE). O internamento também oferece uma oportunidade de socialização, permitindo que os jovens, em fase de formação, adotem normas legais e valores sociais, substituindo comportamentos desviantes influenciados por subculturas juvenis.

Os CE procuram prevenir a reincidência dos atos que levaram os jovens ao CE e promover sua reintegração na comunidade. Através do afastamento do meio natural de vida, os CE atuam na prevenção da criminalidade desde os estágios iniciais. No entanto, a realidade vivida nos CE é pouco conhecida por muitos atores sociais, sendo crucial que essa realidade seja melhor compreendida e valorizada.

Existem três tipos de regime para a execução do internamento: aberto, semiaberto e fechado. A escolha do regime é determinada pelo tribunal (art. 118.º, n.º 4 da LTE), e a duração da medida não pode exceder a pena máxima aplicável ao crime cometido (art. 18.º da LTE). Nos regimes aberto e semiaberto, a duração varia entre seis meses e dois anos (art. 18.º, n.º 1 da LTE), enquanto no regime fechado, o prazo também vai de seis meses a dois anos (art. 18.º, n.º 2 da LTE), exceto para crimes graves, onde a medida pode se estender até três anos (art. 18.º, n.º 3 da LTE).

A Medida Tutelar de Internamento (MTI), aplicada no âmbito do Direito Tutelar Educativo, destina-se, portanto, aos menores entre os 12 e os 16 anos que tenham cometido atos qualificados como crimes. Consiste no internamento desses jovens em centros educativos por períodos determinados, com o objetivo de promover a sua reeducação e integração social.

A Medida Cautelar de Guarda (MCG), por sua vez, é prevista para proteger menores ou adultos em situações de risco ou necessidade de proteção. No contexto penal, pode ser aplicada em casos em que seja necessário preservar a integridade física ou moral de alguém durante o processo judicial, por exemplo, transferindo essa pessoa para um ambiente protegido e seguro.

A Supervisão Intensiva (SI) é uma alternativa à prisão, frequentemente utilizada no contexto de penas ou medidas cautelares, no centro é uma medida usada pós libertação do jovem. Esta medida envolve o acompanhamento próximo do arguido ou condenado por meio de mecanismos como pulseiras eletrónicas, restrições de movimentos e

contactos regulares com os serviços de reinserção social. O objetivo é garantir a segurança da sociedade enquanto se promove a reintegração gradual do indivíduo.

A medida de execução mais utilizada nos CE é a Medida MTI, classificados conforme o regime de funcionamento e o nível de abertura ao exterior (art. 17.º, n.º 2 e 167.º a 169.º da LTE). Apesar da importância dos CE, a realidade vivida nesses centros é amplamente desconhecida por muitos membros da sociedade, tornando essencial que esse desconhecimento seja superado.

Internamento de Jovens em Centros Educativos

A medida de internamento de jovens ocorre devido a uma série de fatores complexos que se interrelacionam e afetam o seu desenvolvimento. Frequentemente, essa medida é adotada pelo sistema de justiça juvenil quando outras alternativas menos restritivas não são suficientes para lidar com o comportamento infracional do jovem (Correia & Silva, 2019).

Muitos desses jovens vêm de famílias desestruturadas ou disfuncionais, onde a falta de cuidados básicos ou a ausência dos pais cria um ambiente instável (Gomes, 2017). Problemas como dependência de substâncias ou doenças mentais dos progenitores também são causas comuns que demandam intervenção por parte do sistema de proteção (Martins & Costa, 2018). Além disso, o comportamento delinvente dos jovens, que muitas vezes inclui comportamentos agressivos e dificuldades em seguir normas sociais, contribui para a sua exclusão tanto no meio social quanto institucional (Oliveira, 2020).

A saúde mental é outro fator crucial, visto que muitos jovens com uma medida de internamento sofrem de transtornos como depressão, ansiedade e outras perturbações de comportamento, frequentemente resultantes de traumas emocionais causados por violência ou negligência (Santos et al., 2016). A pobreza e a exclusão social também desempenham um papel importante ao limitar o acesso à educação, saúde e oportunidades de emprego, agravando a situação (Pereira & Almeida, 2019). Fatores como o insucesso escolar ou o absentismo, frequentemente relacionados a dificuldades económicas, desinteresse pela escola ou exclusão social, são também comuns (Silva & Ribeiro, 2021). A pressão social e a influência de pares em ambientes onde prevalecem comportamentos desviantes, como gangues ou grupos criminosos, são determinantes para o desenvolvimento de comportamentos de risco e desviantes (Ferreira, 2018).

A falta de suporte adequado nos diversos contextos sociais e familiares pode resultar na carência de parâmetros essenciais para o desenvolvimento saudável do jovem, levando à necessidade de intervenção externa (DGRSP, 2020). Quando a intervenção preventiva falha, a o internamento torna-se uma medida necessária para garantir o apoio adequado e promover a reintegração social e psicológica. A desproteção em contextos críticos agrava a vulnerabilidade dos jovens, exigindo estratégias de intervenção intensivas para assegurar sua estabilidade emocional e social (LTE, 1999).

O internamento consiste na colocação de menores em entidades residenciais, como centros educativos, lares de acolhimento ou casas de autonomização, decisão tomada por tribunais de família e menores em articulação com os serviços da CPCJ (CPCJ, 2019). Essa medida é considerada de última instância, aplicada quando outras alternativas, como acompanhamento familiar, mediação comunitária ou intervenções psicoeducativas, não são suficientes para garantir a segurança, bem-estar e desenvolvimento integral do jovem (ONU, 1989).

Os objetivos principais do internamento são a proteção contra situações de risco (como negligência, abuso, abandono ou exposição à violência), a promoção da reeducação em casos de comportamentos infracionais (de acordo com a LTE) e o acesso garantido a direitos básicos, como educação, cuidados de saúde e apoio psicológico (Ministério da Justiça, 2017). A decisão de internar segue uma avaliação multidisciplinar que prioriza o interesse superior da criança, definindo a duração da medida (que pode variar de meses aos 21 anos) e as condições de saída, que podem incluir reintegração familiar, receção em família de acolhimento ou transição gradual para a autonomia (LTE, 1999).

Embora a medida de internamento ofereça benefícios claros, como proteção física e emocional, continuidade escolar, formação profissional e acompanhamento psicossocial, ela também apresenta riscos significativos. A permanência prolongada pode levar à estigmatização social, enfraquecer os vínculos familiares e dificultar a adaptação à vida em liberdade, especialmente quando não há um apoio pós-libertação organizado (Carvalho & Sousa, 2020). A convivência com outros jovens em situações semelhantes pode reforçar padrões delinquentes, aumentando a probabilidade de reincidência (DGRSP, 2020).

Por esses motivos, alternativas que priorizem o acolhimento familiar e programas de intervenção comunitária são defendidas, visando evitar o internamento desnecessário (European Committee for the Prevention of Torture, 2018). Estratégias para preparar os jovens para a vida independente após a saída da instituição também são fundamentais. Essas abordagens procuram manter ou reforçar os laços afetivos, promover contextos de aprendizagem em meio aberto e garantir que cada jovem desenvolva competências sociais e profissionais, permitindo-lhes construir um projeto de vida sustentável e livre de comportamentos de risco (Martins & Silva, 2021).

Impacto do Internamento

A adaptação ao acolhimento ocorre quando um jovem em situação de privação de liberdade se ajusta às regras, rotinas e dinâmicas do ambiente institucional, como centros de detenção juvenil. Esse processo pode gerar efeitos psicológicos, sociais e comportamentais que influenciam significativamente a reintegração na vida futura. Inicialmente, muitos jovens enfrentam dificuldades emocionais ao entrar numa instituição, como stress, ansiedade e resistência às normas impostas. Com o tempo, podem desenvolver mecanismos de adaptação, incluindo a aceitação das regras, a construção de relações com outros internos e, em alguns casos, a adoção de comportamentos violentos ou estratégias de sobrevivência dentro do sistema como mecanismos de adaptação. Embora essa adaptação possa ser vista como uma forma de enfrentamento da realidade institucional, ela também pode gerar dependência da estrutura do ambiente fechado, tornando a reintegração na sociedade um desafio ainda maior como mecanismos de adaptação - um fenómeno descrito por Goffman (1961) no contexto das chamadas instituições totais.

Um dos principais impactos do internamento prolongado é a dificuldade de readaptação à vida em liberdade. Jovens que passaram longos períodos em centros de detenção podem enfrentar problemas para retomar relações familiares e comunitárias, lidar com a autonomia e encontrar oportunidades educacionais e profissionais (National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine, 2022). A estigmatização social também representa uma barreira significativa, dificultando o acesso a emprego e aumentando a probabilidade de reincidência (Vogel, Wade, & Hackler, 2023). Além disso, alguns jovens podem apresentar dificuldades emocionais e comportamentais, como

baixa autoestima, desconfiança das autoridades, agressividade ou dificuldades em estabelecer relações saudáveis (National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine, 2022; Vogel et al., 2023).

Para minimizar os impactos negativos do acolhimento interno, é fundamental que este não se limite ao confinamento físico, mas que seja acompanhado de um conjunto estruturado de medidas de apoio ao desenvolvimento integral do jovem. Programas educativos e de formação profissional dentro das instituições devem ser pensados não apenas como atividades ocupacionais, mas como instrumentos concretos de preparação para a autonomia e a cidadania. O acompanhamento psicológico contínuo é igualmente essencial, ajudando os jovens a processar experiências traumáticas, a desenvolver competências emocionais e a reforçar a autoestima e a autorregulação. Além disso, redes de apoio no período pós-libertação - incluindo serviços sociais, escolas, centros de emprego e estruturas comunitárias - devem estar articuladas para garantir um suporte efetivo na reintegração. A transição para a liberdade deve ser gradual e acompanhada, permitindo que o jovem readquira responsabilidades e construa um projeto de vida fora do ambiente institucional. Esta abordagem favorece a reconstrução da identidade pessoal e social do jovem, diminuindo os riscos de reincidência na delinquência e promovendo uma reinserção mais estável e duradoura na sociedade (Zehr, 2002; Wacquant, 2009).

A medida de internamento nos jovens é frequentemente percebida como uma medida de responsabilização, mas também como uma oportunidade para oferecer apoio e reabilitação. No entanto, este processo não é isento de complexidade, podendo ter impactos significativos no futuro do jovem, tanto positivos quanto negativos.

Por um lado, o internamento pode proporcionar um ambiente estruturado, com acesso a educação, cuidados de saúde e apoio psicossocial, elementos que podem ser benéficos para o desenvolvimento do jovem. Por outro lado, a vivência em instituições pode acarretar desafios, como a dificuldade em estabelecer vínculos afetivos duradouros, a estigmatização social e a adaptação a regras rígidas, que podem afetar negativamente a autoestima e a autonomia dos jovens (Wacquant, 2009).

Estudos realizados em Portugal têm explorado estas dualidades. Por exemplo, a investigação de Santos (2009) destaca que a medida de internamento pode tanto oferecer uma rede de suporte essencial quanto contribuir para sentimentos de isolamento e

rejeição, dependendo das circunstâncias individuais e do ambiente institucional. Além disso, a pesquisa de Gonçalves (2020) enfatiza a importância de práticas institucionais que promovam a autonomia e a integração social dos jovens, mitigando os efeitos negativos associados ao acolhimento.

As razões para a escolha da medida de internamento geralmente incluem a necessidade de proteção do jovem e da sociedade, bem como a imposição de medidas que permitam a sua ressocialização. Esta medida pode ter efeitos variados no comportamento futuro dos jovens, dependendo de vários fatores, como a qualidade da intervenção e as condições do centro educativo. Esses efeitos podem ser divididos entre as possíveis influências positivas (reintegração social) e os riscos de reincidência.

Quando bem estruturada, a medida de internamento pode favorecer a reintegração dos jovens, oferecendo mais do que a privação de liberdade. Os CE que incluem programas educativos, orientação profissional, apoio psicológico e atividades psicossociais contribuem para o desenvolvimento de competências socioemocionais e profissionais, essenciais para uma vida sem crime (Andrade, 2021; Carvalho, 2022). A relação de confiança entre jovens e técnicos (educadores, psicólogos, assistentes sociais) é fundamental para motivar a mudança, sendo que abordagens empáticas e intervenções personalizadas aumentam o envolvimento dos jovens (Oliveira & Santos, 2020).

A educação contextualizada, voltada para projetos de vida concretos, também fortalece a motivação e a construção de alternativas ao crime (Matos & Pinto, 2019). Além disso, o afastamento temporário de ambientes nocivos pode permitir a reformulação de valores, a elaboração de experiências traumáticas e o desenvolvimento de uma nova identidade pessoal (Silva, 2021). A reintegração social depende ainda de acompanhamento contínuo, apoio familiar e acesso a oportunidades educativas e laborais, que são fatores decisivos para reduzir a reincidência (UNODC, 2018).

Apesar das intenções positivas do internamento, os seus efeitos podem ser ambivalentes. A convivência prolongada entre jovens com comportamentos desviantes pode reforçar a identidade delinvente, à medida que se criam vínculos baseados em normas e valores do grupo institucional, normalizando a criminalidade e dificultando processos de mudança individual (Cunha, 2020; Oliveira & Santos, 2020). Quando os programas oferecidos são pouco estruturados ou não personalizados, falham em promover

a reabilitação e, em vez disso, acabam por aumentar a probabilidade de reincidência (Lipse, 2009; Andrade, 2021).

Do ponto de vista psicológico, a medida de internamento implica a vivência num ambiente com regras rígidas, controlo constante e pouca autonomia, o que pode gerar sentimentos de ansiedade, isolamento, baixa autoestima e desconfiança nas relações sociais. Tais condições dificultam a construção de uma identidade positiva e a preparação para a vida em liberdade (Silva, 2021). Além disso, a ausência de um suporte adequado após a saída - como programas de reintegração e acompanhamento psicossocial - agrava as dificuldades já existentes, expondo os jovens ao estigma social, à rejeição por parte da comunidade, a barreiras no acesso ao mercado de trabalho e à educação, e à falta de apoio familiar (Carvalho, 2022; UNODC, 2018).

Essas dificuldades tornam a transição para a liberdade especialmente desafiante. A inexistência de estratégias eficazes de reintegração pode levar ao retorno à criminalidade como forma de lidar com a exclusão social e a frustração. Assim, é essencial que o processo institucional seja acompanhado por medidas que promovam o desenvolvimento pessoal e social, como educação contextualizada, formação profissional, apoio psicológico contínuo e envolvimento da família e comunidade (Matos & Pinto, 2019).

Descrição da Instituição

O CE está situado numa cidade no distrito do Porto, com aproximadamente 80 867 habitantes. Na envolvente do CE, encontram-se restaurantes, bancos, cafés, comércio e opções de transportes públicos (autocarro e metro) com ligações municipais e regionais.

O CE foi construído de raiz após o encerramento, em 2006, da sua localização anterior, onde funcionou durante 62 anos sob a gestão partilhada dos Padres Salesianos e do Instituto de Reinserção Social. Inaugurado em 2010, o novo centro é considerado um dos mais modernos do país e com melhores condições para os seus objetivos.

Estrutura e Funcionamento do Centro

O CE possui uma estrutura funcional e organizada, composta por diferentes espaços destinados a atender as necessidades dos jovens internados, dos técnicos e da equipa de apoio. O centro conta com três salas de visitas, com uma acomodação capaz de acolher

duas famílias simultaneamente. Existe também uma sala para armazenamento de equipamentos desportivos e outra para os técnicos guardarem os seus pertences pessoais antes de entrarem na área acessível aos jovens.

À entrada do CE, encontra-se um amplo espaço ao ar livre destinado à realização de atividades desportivas e de lazer. A estrutura física do CE é composta por diversas áreas funcionais: a zona escolar inclui salas de aula teóricas e espaços práticos dedicados à formação profissional, nomeadamente cursos de cabeleireiro e cozinha. Para além da formação interna, os jovens têm também a possibilidade de frequentar estabelecimentos de ensino externos ao centro. No andar superior, acessível por escadas e rampas, está localizado um campo de jogos que permite a prática de futebol, basquetebol e voleibol. Este campo fica em frente às unidades residenciais, das quais apenas duas estão em uso: uma feminina, com suítes individuais e casas de banho privativas, e uma masculina, com quartos individuais e um balneário compartilhado. Os quartos podem ser decorados progressivamente com pertences pessoais dos jovens, conforme a sua progressão no internamento, tornando-os mais acolhedores. Os quartos são amplos, arejados, iluminados com luz natural e equipados com aquecimento. Cada unidade possui uma sala de convívio, uma sala de refeições e uma receção com segurança noturna. O acesso às unidades é controlado por campainhas e videovigilância.

Próximo às unidades, encontram-se o gabinete de psicologia, preparado para sessões de terapia individual e de grupo, e o gabinete de enfermagem. O ginásio do CE é bem equipado, com cadeiras, bancos, pesos de musculação, tapetes e um palco para eventos comemorativos. Destaca-se também a existência de um quarto de contenção, utilizado em situações de isolamento temporário. Este espaço está equipado com uma cama de metal, uma sanita fixa e um cobertor resistente, de forma a garantir a segurança física do jovem durante a contenção, em conformidade com os protocolos institucionais de gestão de crise.

Num edifício separado, existe uma sala de jogos equipada com computadores, livros e mesas. Ao lado, localizam-se os gabinetes do diretor, do coordenador e dos Técnicos Superiores de Reinserção Social (TSRS), onde são armazenados os pertences pessoais dos jovens que não podem ser mantidos nos quartos. Esses gabinetes dispõem de computadores conectados à internet dos serviços prisionais, secretárias, telefones fixos e armários para arquivar documentos. Há ainda o gabinete dos assistentes administrativos, uma sala de reuniões e áreas de apoio, como a lavandaria, a cozinha e a sala de refeições para a equipa do centro.

Os jovens têm horários específicos para usufruir dos espaços, conforme normas que controlam a sua liberdade e regulam as relações estabelecidas no espaço. Por exemplo, jogos de matraquilhos só podem ser realizados nos intervalos da manhã e da tarde, enquanto a sala de jogos é aberta entre as 20h e 22h, dependendo do dia e da fase de internamento de cada jovem. Os espaços exteriores são acessíveis apenas durante os fins de semana ou aulas de educação física. O acesso aos quartos é restrito até as 18h, após o término das aulas. A lavagem de roupa segue um cronograma: calças e camisolas são lavadas em dias diferentes, enquanto a roupa interior é lavada diariamente. As chamadas telefónicas para familiares ocorrem entre as 20h e 21h, alternando entre ligações realizadas e recebidas. Aos fins de semana, os jovens que não recebem visitas podem realizar videochamadas supervisionadas, com duração de 10 minutos.

O CE conta com medidas de segurança rigorosas, incluindo controlo de entrada com segurança e detetores de metais, câmaras de vigilância e um perímetro cercado por muros com arame farpado.

A alimentação dos jovens é composta por seis refeições diárias, preparadas no CE e adaptadas às necessidades individuais, incluindo requisitos médicos específicos. O gabinete das TSRS é utilizado pelas psicólogas, assistente social e estagiárias, sendo um espaço funcional equipado com computadores e telefone fixo, já que os telemóveis pessoais são proibidos no centro.

O gabinete das TSRS é utilizado pelas psicólogas e assistentes sociais. O espaço é organizado de forma funcional, com secretárias equipadas com computadores e telefone fixo e armários. As TSRS recebem os jovens no gabinete para conversas, enquanto as psicólogas realizam atendimentos num espaço específico para consultas. O telefone fixo é fundamental no gabinete, pois dentro do centro não é possível ter o telemóvel pessoal, e todos os contactos são efetuados através dele, seja receber ou efetuar algum telefonema.

É fundamental conhecer os diferentes órgãos do CE e as suas funções, que estão detalhadas no Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos (RGDCE). Mintzberg (2010) sugere que, apesar das diferenças entre organizações, elas partilham componentes comuns, como o centro operacional, o vértice estratégico, a linha hierárquica, a tecnoestrutura e o pessoal de apoio.

A linha hierárquica é ocupada assim pelo coordenador, que auxilia o diretor e supervisiona o núcleo operacional, este diretor representa o vértice estratégico, coordena as atividades, mantém contato com os jovens, aprova os Projetos Educativos Pessoais

(PEP) e articula com tribunais e outras entidades. Este núcleo, considerado o "coração" da instituição, é formado por várias equipas:

- A Equipa Residencial cuida do acolhimento e enquadramento dos jovens, com o apoio de técnicos-tutores (TSRS e os Técnicos Profissionais de Reinserção Social - TPRS).
- A Equipa de Programas planeia e avalia programas educativos e presta apoio psicológico.
- A Equipa Clínica cuida da saúde dos jovens com médico e enfermeira.
- A Equipa Pedagógica oferece formação escolar e profissional.

Além disso, o pessoal de apoio assegura a logística, segurança, alimentação, limpeza e lavandaria, garantindo o bom funcionamento da instituição.

A maior parte do tempo, senão todo tempo dos jovens é passado dentro do CE, dependendo do grau de limitação de liberdade e da autonomia dos jovens, designadamente na relação com o meio exterior, fixados pelo tribunal.

Verifica-se um esforço consistente por parte dos profissionais no cumprimento da missão institucional, ainda que existam áreas suscetíveis de melhoria. A prestação de serviços aos jovens é orientada por princípios de qualidade e compromisso com as suas necessidades, evidenciado por práticas voltadas para o apoio educativo, psicológico e social. No entanto, é essencial reconhecer as limitações existentes e utilizar essa análise para implementar estratégias de aperfeiçoamento dos processos e respostas institucionais.

Grande parte dos jovens internados no centro provém de contextos familiares e sociais adversos, marcados por instabilidade, negligência e vulnerabilidades económicas. Esses fatores contribuem para o desenvolvimento de comportamentos desviantes e, em alguns casos, de condutas criminais. Como explica Barreiro (2015), trata-se de “um conjunto de fatores económico-sociais desestabilizadores, que agravam a precariedade emocional e as condições de vida, tornando-as inseguras e conduzindo os jovens a um comportamento errático, que, no seu extremo, se torna criminoso” (p. 77).

O objetivo de retirá-los desses ambientes é proporcionar-lhes reeducação e reintegração social, mas, ao não oferecer alternativas concretas após a saída do CE, eles acabam por retornar a ambientes instáveis. Para alcançar o sucesso a longo prazo da missão do CE, seria fundamental evitar esse retorno. As casas de autonomia poderiam desempenhar um papel essencial nesse contexto, promovendo uma mudança significativa

na vida dos jovens delinquentes e ajudando a prevenir a reincidência. Estas casas poderiam complementar o trabalho realizado nos CE, apoiando os jovens na transição para a vida exterior e criando uma ligação entre a instituição e o mundo exterior.

Os jovens são sempre acompanhados por agentes educativos e deslocam-se de forma ordenada fora das unidades residenciais. Durante o período noturno, a vigilância é feita a intervalos de 60 minutos. Cada jovem possui um pecúlio administrado pela técnica-tutora, que visa promover responsabilidade e autonomia, além de preparar para a reinserção social.

O pecúlio é composto por "dinheiro de bolso, prémios, bolsa de formação, remunerações por trabalho/estágios, prestações sociais e/ou donativos de familiares ou de outras pessoas de confiança" (artigo 66.º, n.º 1 do RGDCE). A gestão desse pecúlio é da responsabilidade do técnico-tutor, sob supervisão do coordenador. O uso do dinheiro de bolso, a sua atribuição é feita de forma gradual e conforme os diferentes regimes, sendo disponibilizado semanalmente, permitindo que o jovem compre alimentos, produtos de higiene ou outros itens. O montante depende da pontuação alcançada no programa de contingências/avaliação semanal.

O CE organiza os seus sete programas em três grandes eixos de intervenção: formativo, socioeducativo e terapêutico. No plano formativo, a oferta escolar e profissional assenta em cursos de Educação e Formação de Adultos (níveis B2 e B3) e em formações técnicas - por exemplo, Assistente de Cabeleireiro e Restauração/Bar - estruturadas em unidades de curta duração e possibilitando certificação gradual, flexível e adaptada ao Plano Educativo Pessoal (PEP). Em regime aberto, estes jovens podem também frequentar escolas com parcerias externas, sempre em função das suas necessidades académicas e do seu percurso de reintegração.

O eixo socioeducativo compreende atividades culturais, ambientais e desportivas que decorrem tanto no CE como no meio comunitário (fins de semana, férias), respeitando os interesses e o perfil psicossocial de cada jovem. Paralelamente, programas de educação para a saúde promovem estilos de vida saudáveis e incluem despistes clínicos de consumo de substâncias, campanhas de educação sexual e oficinas de competências interpessoais e de igualdade de género, assegurados pela equipa de saúde do CE (enfermeira, psicóloga, médico e pedopsiquiatra).

No âmbito terapêutico e de prevenção da reincidência, o CE oferece acompanhamento psicológico contínuo, programas de contingência comportamental - com avaliação diária e reforços positivos (saídas, prêmios, atividades de lazer) - e intervenções de grupo ou individuais para jovens com comportamentos mais extremos (como o “Gerar Percursos Sociais” ou o PBX de 34 sessões para agressões sexuais). Em situações de crise, o “time-out” permite o distanciamento temporário do jovem, até 30 minutos, para restabelecer o equilíbrio emocional.

A componente familiar integra sessões de avaliação de recursos e competências parentais, pautadas pela mediação entre o CE e o lar de origem, de modo a generalizar no regresso as aprendizagens obtidas. Finalmente, projetos complementares - como módulos motivacionais de entrevista motivacional, treino de competências para a vida diária, prevenção da violência doméstica e iniciativas de voluntariado - visam reforçar a autonomia, a inclusão social e o sentido de pertença dos jovens.

No seu conjunto, estes programas articulam educação, formação profissional, cuidado de saúde e intervenção psicossocial, garantindo um percurso integrado de reabilitação, empoderamento e preparação para a vida adulta.

Perfil dos Jovens com Medida de Internamento em CE

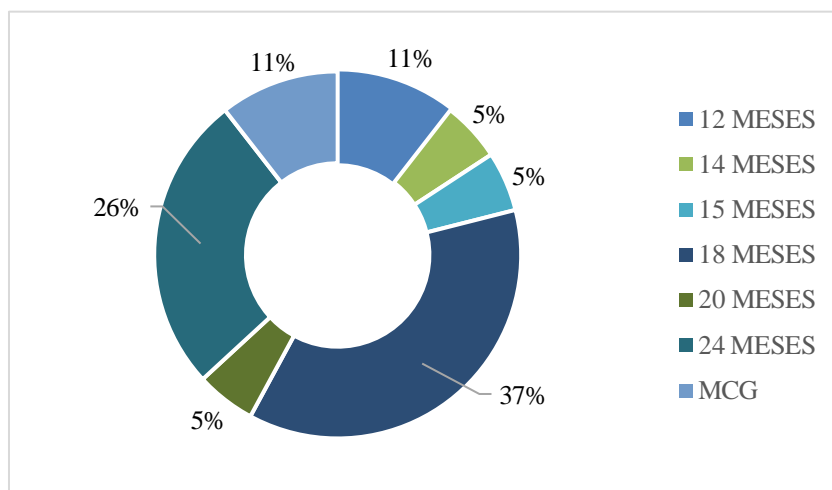
Até a data de finalização do estágio no centro educativo, estavam em medida de internamento 19 jovens. No entanto, os dados serão reportados a 18, uma vez que um jovem não foi incluído neste projeto devido à falta de autorização dos pais. A amostra é composta por 9 rapazes e 9 raparigas, com idades compreendidas entre os 13 e 18 anos, e uma média de idade de 15,67 anos.

A maioria encontra-se em regime semiaberto (14 jovens), seguido por 2 em regime aberto e 2 em regime fechado. No regime semiaberto, embora os jovens tenham algumas saídas, estas são sempre acompanhadas por técnicos ou responsáveis autorizados. A autonomia fora do centro é, portanto, restrita, uma vez que as saídas são condicionadas pela necessidade de acompanhamento.

A nível de MTI, os jovens acolhidos encontram-se, na sua maioria, entre 18 e 20 meses de medida, conforme ilustrado na figura abaixo:

Figura 1

Tempo da medida dos jovens institucionalizados no centro educativo



Nota. Fonte: autoria própria a partir dos dados recolhidos dos processos individuais, 2024.

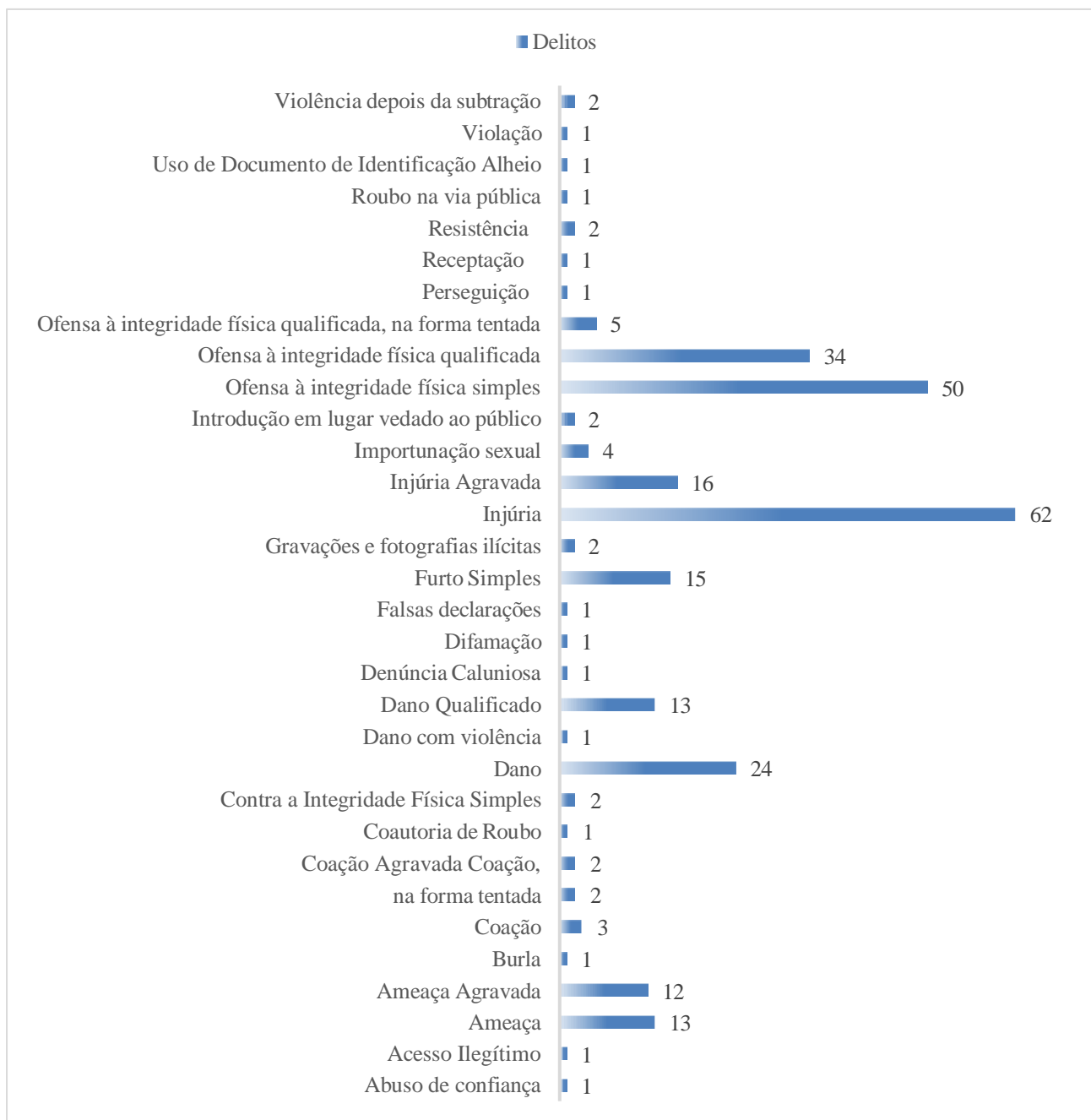
No que se refere ao consumo de substâncias, 61% dos jovens relataram ter consumido algum tipo de substância antes da entrada no centro, enquanto 39% indicaram não ter consumido. Quanto aos jovens internados no CE, até à sua entrada na mesma, sabemos que quase 90% proveio de casas de acolhimento ou algum tipo de instituição, e que apenas quase 10% veio diretamente da sua própria família.

Quanto à proveniência anterior à institucionalização, verifica-se que 16 jovens (89%) foram encaminhados a partir de casas de acolhimento ou outras instituições, enquanto apenas 2 jovens (11%) provieram diretamente do contexto familiar.

No que diz respeito aos delitos cometidos, destacam-se os seguintes crimes:

Figura 2

Delitos cometidos pelos jovens institucionalizados no centro educativo



Nota. Fonte: autoria própria a partir dos dados recolhidos dos processos individuais, 2024.

O Assistente Social em Centros Educativos

No âmbito dos centros educativos, não existe uma categoria profissional autónoma de Assistente Social (AS), mas sim uma carreira integrada designada como TSRS. Esta carreira engloba diferentes perfis profissionais, incluindo os assistentes sociais, cuja intervenção se revela essencial no processo de reintegração dos jovens em cumprimento de medida tutelar educativa.

A AS no CE desempenha um papel fundamental no acompanhamento psicossocial dos jovens, sendo a principal responsável pela mediação das relações familiares, estabelecendo a articulação com entidades externas e promovendo a reintegração social dos jovens. A sua intervenção está centrada na identificação e mitigação de fatores de risco, com o objetivo de proporcionar aos jovens um percurso de vida mais estável e saudável.

O trabalho da AS inclui atendimentos individualizados, nos quais procura compreender a história de vida de cada jovem, identificar as suas dificuldades e colaborar na elaboração do PEP. Este plano é adaptado às necessidades específicas de cada jovem, estabelecendo metas claras para a sua evolução durante o internamento. Para além disso, a AS assume a responsabilidade de promover o fortalecimento dos laços familiares, facilitando a comunicação entre os jovens e as suas famílias, proporcionando o apoio necessário e sinalizando casos que requeiram serviços especializados.

A reintegração social dos jovens é outro pilar essencial da intervenção da AS, que implementa programas focados no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais. O objetivo é prevenir a reincidência e facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, garantindo que possuam as ferramentas necessárias para a construção de um futuro autónomo e responsável. A articulação com redes de apoio externas, como tribunais, escolas e CPCJ, é essencial para este processo, embora a AS enfrente, por vezes, desafios relacionados com burocracias e limitações de recursos.

Adicionalmente, a AS tem a responsabilidade pela supervisão da gestão financeira dos jovens, ajudando-os a desenvolver autonomia económica. Isto inclui a administração do pecúlio, o que promove o seu entendimento sobre questões financeiras e prepara-os para a vida adulta. Deste modo, a atuação da AS vai além do acompanhamento diário dos jovens, inserindo-se numa lógica de reabilitação e prevenção da delinquência juvenil. A

sua abordagem é integrada e sistémica, respondendo não só às necessidades imediatas dos jovens, mas também trabalhando para alterar os fatores estruturais que impactam as suas trajetórias. O seu trabalho visa potenciar a capacitação dos jovens, oferecendo-lhes uma base sólida para um projeto de vida autónomo e socialmente responsável.

Os profissionais do CE demonstram um grande empenho em garantir que a missão da organização seja cumprida, sendo visível o compromisso com a qualidade e excelência do serviço prestado aos jovens. No entanto, é importante reconhecer as fragilidades que ainda existem e transformá-las em oportunidades de melhoria. Muitos dos jovens internados no CE provêm de contextos familiares e sociais adversos, marcados por instabilidade, negligência e vulnerabilidades económicas, o que contribui para o desenvolvimento de comportamentos desviantes e, em alguns casos, criminosos. Como refere Barreiro (2015), trata-se de “um conjunto de fatores económico-sociais desestabilizadores, que agravam a precariedade emocional e as condições de vida, tornando-as inseguras e conduzindo os jovens a um comportamento errático, que, no seu extremo, se torna criminoso” (p. 77).

Atividades Realizadas no Estágio

Durante o período de estágio curricular realizado no CE, foram desenvolvidas diversas atividades, tanto de natureza teórica e documental, como de intervenção direta, em contextos grupais e individuais.

Numa fase inicial, o foco centrou-se na análise de documentação institucional com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre a missão, os objetivos e o funcionamento do CE. Este processo envolveu a consulta e análise de instrumentos normativos e orientadores, como o Plano de Intervenção Educativa (PIE), o Regulamento Interno (RI) e a LTE. Adicionalmente, procedeu-se à análise dos processos individuais dos jovens internados, permitindo o acompanhamento da construção de documentos fundamentais à intervenção educativa, nomeadamente os PEP, o Relatório Periódico de Execução De Medida de Internamento (REMI) e os Relatórios Finais (RF).

Tabela 1*Atividades realizadas durante o estágio no CE*

Nome das Atividades	Quantidade
PEP	3
REMI	2
RF	1
PAD	1
PAE	1
P.O	270
Atividades Gerais	11

Nota. Fonte: autoria própria a partir dos dados recolhidos dos processos individuais, 2024.

No mesmo período (outubro a novembro de 2023), foi igualmente realizada a elaboração de Planos de Acompanhamento Diferenciado (PAD) e de Planos de Ação Específico (PAE). Os PAD visam responder a comportamentos de oposição, desafio ou outros considerados disfuncionais no contexto institucional, promovendo alterações comportamentais progressivas, através do reforço de condutas adaptativas e conformes às normas do CE.

Por sua vez, os PAE são direcionados a jovens com dificuldades sistemáticas no cumprimento das normas institucionais. Estes planos assentam na criação de quadros semanais personalizados, que funcionam como instrumentos de orientação e

monitorização do progresso individual, promovendo a interiorização de rotinas estruturadas e favorecendo a integração comportamental no meio institucional.

Entre as tarefas desenvolvidas, destacou-se ainda a elaboração de um documento, solicitado pela supervisão institucional, que agregou as Participações de Ocorrência (P.O.) de cada jovem, desde o momento do acolhimento até ao final do estágio ou até à data da desinstitucionalização. A análise destes registos permitiu aferir a evolução comportamental dos jovens ao longo do período de internamento, evidenciando padrões diferenciados de adaptação: alguns jovens revelaram ajustamento satisfatório às normas do CE, com número reduzido ou inexistente de ocorrências, enquanto outros demonstraram maior instabilidade comportamental, registando participações frequentes, com incidência semanal ou, em casos mais graves, diária.

Todos os jovens sujeitos à medida tutelar educativa de internamento têm obrigatoriamente um PEP, instrumento essencial para monitorizar o percurso do jovem e proceder à avaliação contínua da medida. Este plano define de forma sistematizada as metas a atingir, as fases de execução, os prazos, os recursos mobilizáveis e o acompanhamento técnico necessário, com especial atenção ao apoio psicológico. A elaboração e aplicação do PEP estão previstas no artigo 164.º, n.º 2 da LTE.

A construção do PEP assenta numa avaliação multidimensional dos recursos, riscos e necessidades do jovem, conforme recomendado pelo *Guia de Intervenção Tutelar Educativa* (DGRSP, 2009). Este processo pressupõe a participação ativa do jovem e da sua família, e deve ser concluído até 30 dias após o início da execução da medida, conforme determina a legislação em vigor. O PEP é ainda uma base para a elaboração de relatórios periódicos de progresso e do RF.

A estrutura do PEP compreende sete secções principais: identificação do jovem; caracterização da medida tutelar (incluindo o regime de execução e os prazos definidos judicialmente); identificação dos motivos e necessidades de intervenção; plano de progressividade; percurso educativo e formativo; acompanhamento clínico e psicológico; e registo das intervenções familiares e comunitárias. É igualmente incluída uma avaliação dos fatores de risco, com base na aplicação da escala Youth Level of Service/Case Management Inventory (YLS/CMI), que permite orientar a definição de objetivos em áreas-chave da intervenção.

Estas áreas abrangem: personalidade e comportamento, atitudes e orientações, educação e emprego, consumo de substâncias, relações com os pares, ocupação dos tempos livres e contexto familiar/práticas parentais. Para cada uma, são definidos objetivos específicos, acompanhados das ações necessárias para a sua concretização, organizadas temporalmente ao longo da medida tutelar. Caso existam necessidades adicionais não contempladas nas categorias anteriores, estas podem ser inseridas na secção “outras necessidades”, nomeadamente aquelas que requerem articulação com o sistema de promoção e proteção de crianças e jovens.

Durante o estágio, foi possível experienciar a elaboração de um PEP, tarefa que a estagiária evidenciou na aplicação prática das competências adquiridas no percurso académico, especialmente no âmbito da intervenção socioeducativa e da comunicação técnica. A construção do documento implicou uma análise integrada de múltiplas dimensões da vida do jovem, com base na consulta dos respetivos processos jurídicos, pedagógicos e clínicos. Esta atividade exigiu também a mobilização de competências de redação técnica e a adaptação do conteúdo ao modelo institucional e ao formato exigido pelas entidades judiciais.

A leitura de PEP's previamente elaborados e o acompanhamento próximo da supervisora institucional foram fundamentais para o desenvolvimento de competências como a capacidade de síntese, o uso de linguagem técnico-profissional e a coerência comunicacional. A experiência revelou a importância de construir um documento claro, objetivo e funcional, evitando redundâncias, especialmente em relação a informações já constantes no Relatório Social com Avaliação Psicológica (RSAP).

No início do processo, foram identificadas algumas dificuldades, nomeadamente na recolha e organização da informação relevante, na adaptação à linguagem profissional e na gestão das orientações recebidas pela supervisão. Estas dificuldades demonstraram a importância do desenvolvimento gradual de conhecimento tácito, que se adquire com a prática e a experiência em contexto real. As competências desenvolvidas ao longo do mestrado, particularmente nas unidades curriculares ligadas à intervenção e à comunicação técnica, revelaram-se essenciais para ultrapassar esses desafios. A interação contínua com a supervisão permitiu consolidar aprendizagens e reforçar a importância da clareza, precisão e rigor técnico na produção de documentos profissionais no âmbito da justiça juvenil.

No que diz respeito à articulação com outras entidades envolvidas na vida dos jovens, a responsabilidade pela comunicação formal coube à supervisora, devido à necessidade de uma abordagem mais institucional e à sua familiaridade com o histórico dos jovens. Embora a estagiária não tenha assumido diretamente essas comunicações, pôde observar de perto esse processo, o que permitiu compreender a relevância da articulação interinstitucional para garantir a coerência e a eficácia das intervenções. Os conhecimentos teóricos sobre mediação e articulação institucional, adquiridos durante a formação, ajudaram a refletir sobre como construir pontes entre diferentes entidades para garantir um suporte integrado e eficaz aos jovens.

Uma etapa particularmente significativa na elaboração PEP foi o contacto estabelecido com as famílias dos jovens, realizado após a finalização do documento. Esta fase evidenciou a relevância da participação familiar no processo de intervenção, uma vez que o envolvimento ativo da família constitui um fator protetor essencial, promovendo maior adesão do jovem ao plano e reforçando a eficácia das estratégias delineadas. O PEP, neste contexto, transcende a sua função documental, assumindo-se como um instrumento dinâmico que orienta a trajetória educativa e reabilitativa do jovem, proporcionando-lhe objetivos claros e aumentando a sua perceção de suporte. Esta experiência contribuiu para o desenvolvimento profissional da estagiária, ao aprofundar a compreensão sobre o papel estratégico do assistente social na construção de planos individualizados e no envolvimento das famílias como parceiras ativas no processo de reintegração social.

A elaboração de um REMI, constitui outra das atividades realizadas no âmbito do estágio. Este constitui ser um instrumento fundamental para a análise do progresso do processo educativo do jovem, sendo elaborado com base em informações obtidas em diferentes fontes, como o programa de contingências, tutorias, observação direta do quotidiano na instituição, os programas de intervenção previstos no PIE que participa, e a articulação com a equipa técnica da área de residência do jovem, visando a avaliação do contexto sociofamiliar. A periodicidade de elaboração do REMI depende da duração da medida tutelar aplicada. Para medidas com duração entre seis meses e um ano, o relatório é elaborado trimestralmente, enquanto para medidas superiores a um ano, o relatório é produzido semestralmente, em conformidade com o artigo 154.º, n.º 1 e 2 da LTE.

O documento é estruturado em quatro secções principais: Identificação do Jovem, Caracterização da Medida de Internamento, Plano de Intervenção e Avaliação. Embora apresente semelhanças com o PEP, distingue-se pela secção relativa ao Plano de Intervenção, onde é registado o estado das ações previstas, indicando se estas foram realizadas, estão em execução ou ainda não foram implementadas.

Dificuldades iniciais, como a recolha de informações completas sobre os jovens, a adaptação à linguagem técnica e a organização do conteúdo, foram gradualmente superadas com o apoio e supervisão da supervisora de estágio. A AS desempenhou um papel essencial no processo de revisão dos relatórios, garantindo a correção de eventuais imprecisões e oferecendo feedback construtivo que contribuiu para o desenvolvimento técnico e profissional pessoal.

Em algumas ocasiões, foi necessário solicitar à supervisora informações adicionais ou realizar ajustes nos documentos, o que reforçou a importância da comunicação e da supervisão na construção de relatórios mais completos e precisos. Com o decorrer do estágio, o processo de elaboração dos REMI's tornou-se mais célere e sistemático, fruto da experiência adquirida e da familiaridade crescente com o formato e os requisitos do relatório. Após a revisão da supervisora, os documentos eram submetidos ao conselho pedagógico para validação, antes do serem enviados ao tribunal.

O RF é um documento abrangente que sintetiza a avaliação do percurso do jovem durante o seu internamento em centro educativo, considerando tanto o cumprimento das metas traçadas como a evolução no processo de reabilitação e reintegração social. Dessa forma, o RF integra os resultados do PEP e do REMI, oferecendo uma visão completa sobre a evolução do jovem e permitindo que o tribunal ou outras entidades competentes tomem decisões informadas sobre o seu futuro, seja em relação à sua libertação, à continuidade do acompanhamento ou à implementação de novas intervenções para apoiar a sua reintegração social.

Intervenção Direta com os Jovens: Participação nas Atividades e Supervisão

Durante o estágio realizado no centro educativo, a participação em eventos comemorativos assumiu particular relevância na compreensão da importância das práticas institucionais na promoção do bem-estar psicossocial dos jovens internados. Entre estas atividades, uma das experiências significativas foi a Festa de Natal, que constituiu um

momento de rutura com a rotina institucional e possibilitou uma intervenção mais próxima, colaborativa e multifacetada. A estagiária integrou-se nas várias etapas da organização do evento, desde a preparação logística (refeições, decoração, organização do espaço) até à coordenação das apresentações realizadas pelos jovens, nomeadamente performances musicais ensaiadas previamente. A presença das famílias no centro educativo nesse contexto evidenciou a relevância dos momentos de convívio intergeracional para o fortalecimento das relações afetivas, assumindo-se como uma oportunidade estratégica para observar, em ambiente controlado, a dinâmica relacional entre os jovens e os seus cuidadores.

Este tipo de evento, embora de carácter festivo, reveste-se de importância pedagógica e terapêutica, na medida em que potencia sentimentos de pertença, reconhecimento e valorização pessoal por parte dos jovens. A presença de familiares funcionou como fator protetor, promovendo a coesão emocional e sinalizando possibilidades de reintegração social futura. No entanto, a ausência de visitas para alguns jovens representou um desafio adicional. Neste âmbito, foi notória a atuação das equipas técnicas e da estagiária no desenvolvimento de estratégias inclusivas que visaram mitigar o sentimento de exclusão, garantindo que todos os jovens se sentissem envolvidos e valorizados.

As celebrações de aniversários, por sua vez, assumem um carácter simbólico no reconhecimento da individualidade de cada jovem. O planeamento dessas datas teve em consideração as preferências pessoais dos aniversariantes, com atividades específicas e personalizadas que reforçavam o sentimento de identidade e autonomia. A possibilidade de escolha dos presentes e, em casos específicos, a sua aquisição presencial com o acompanhamento de profissionais do centro educativo, representou não só um reforço positivo no percurso de reintegração como também uma ferramenta de promoção da responsabilidade e tomada de decisão. Este tipo de práticas demonstra o papel da instituição na criação de contextos facilitadores de desenvolvimento pessoal, mesmo em cenários de privação de liberdade.

A participação na Festa de Final do Ano constituiu uma oportunidade privilegiada de observação da progressão dos jovens nas suas aprendizagens e competências práticas, nomeadamente no curso de Restauração/Bar. A estagiária acompanhou todas as fases do evento, desde a confeção da refeição à organização do espaço, reforçando o seu envolvimento direto na dinâmica institucional. A preparação e execução deste evento por parte dos jovens revelou a internalização de competências técnicas e sociais, bem como

o impacto das atividades formativas no seu processo de responsabilização e autonomia. A interação espontânea e lúdica no período pós-refeição proporcionou momentos de observação relevantes sobre os padrões de relacionamento interpessoal e o ambiente grupal, contribuindo para uma leitura mais profunda das dinâmicas coletivas no centro.

A vivência de um fim de semana no CE permitiu aceder a uma outra dimensão da rotina dos jovens. Em contraste com os dias úteis, caracterizados por uma estrutura rígida e cumprimento de horários, os fins de semana revelaram-se momentos de maior informalidade, facilitando a aproximação relacional e a observação das dinâmicas quotidianas em contextos menos formais. As atividades realizadas - limpezas coletivas, momentos de lazer, sessões de cinema, jogos, e o tempo dedicado às visitas ou contactos familiares - proporcionaram um cenário propício ao reforço dos laços interpessoais, à expressão de afetos e à promoção da coesão grupal. A análise crítica desta experiência evidenciou a importância de compreender os diferentes tempos institucionais e os seus impactos na construção de vínculos e no desenvolvimento psicossocial dos jovens.

Neste conjunto de experiências, a estagiária conseguiu aprofundar competências essenciais à prática profissional no domínio da intervenção social, designadamente na planificação e organização de atividades socioeducativas, na promoção de contextos de inclusão, e na leitura crítica das dinâmicas relacionais. A participação ativa nestes momentos permitiu, ainda, refletir sobre o papel do assistente social enquanto mediador institucional, facilitador de processos de reintegração e promotor de estratégias de intervenção centradas nos sujeitos e respetivos contextos.

Assim, a componente experiencial do estágio reforçou a articulação entre teoria e prática, possibilitando o desenvolvimento de uma postura profissional informada, reflexiva e tecnicamente sustentada.

Desafios Identificados Durante o Estágio

Durante o estágio, um dos desafios mais significativos foi a adaptação às dinâmicas institucionais do CE. A rotina altamente estruturada dos jovens, com horários rigorosos e pouco flexíveis, exigiu uma reavaliação das expectativas iniciais de intervenção. Rapidamente se compreendeu que as interações com os jovens não poderiam ocorrer com a regularidade e profundidade desejadas, devido ao funcionamento interno da instituição.

Acresce que o papel da supervisora de estágio, a TSRS, estava essencialmente centrado na execução de tarefas de carácter administrativo e técnico, o que limitava o contacto direto com os jovens. A supervisão quotidiana e mais próxima era, na verdade, desempenhada pelos TPRS. Por conseguinte, a participação da estagiária nos momentos de interação com os jovens ocorreu sobretudo em situações pontuais, como a supervisão de chamadas, encontros ocasionais no gabinete, dinâmicas coletivas e nos períodos de refeição. Esta realidade institucional levou à necessidade de redefinir estratégias de atuação, identificando outras formas de participação ativa nos processos educativos e de reintegração, mesmo que indiretamente.

Na fase inicial do estágio, centrada na observação da elaboração de PEP's e REMI's, os objetivos foram cumpridos de forma satisfatória, permitindo à estagiária consolidar aprendizagens previamente adquiridas. No entanto, a fase subsequente revelou-se mais exigente, uma vez que a implementação da ideia inicial de intervenção enfrentou limitações resultantes de constantes alterações na programação das atividades, inviabilizando um acompanhamento mais direto dos jovens.

Também foram identificados desafios de ordem técnica e logística, como a inexistência de um acesso contínuo à internet, o que dificultou o trabalho com documentos digitais e consultas jurídicas. Apesar destas limitações, o estágio constituiu uma oportunidade para refletir sobre a organização do espaço institucional e o modo como este procura, dentro das suas possibilidades, atender às necessidades dos jovens. É de destacar o esforço da direção e da equipa técnica em promover a participação ativa dos jovens em decisões e melhorias no centro, reforçando a sua posição enquanto sujeitos de ação.

Quanto à privacidade nas interações entre técnicos e jovens, observou-se que os atendimentos no gabinete nem sempre garantiam a confidencialidade desejada. No entanto, situações mais sensíveis eram conduzidas em espaços reservados, de forma a proteger a intimidade e promover uma comunicação mais aberta.

No plano pessoal e profissional, a estagiária reconhece que enfrentou, sobretudo no início, alguma insegurança em contextos que exigiam assertividade ou contacto com pessoas externas ao serviço. Esta limitação, atribuída à inexperiência prática e ao peso da responsabilidade, foi gradualmente superada ao longo da experiência, contribuindo para o fortalecimento da autoconfiança.

Outra área que revelou necessidade de melhoria foi o domínio da legislação específica que regula o funcionamento dos centros educativos. A consulta frequente à LTE e outros normativos evidenciou a importância de aprofundar o conhecimento jurídico, a fim de garantir maior autonomia e segurança na prática futura.

Apesar das dificuldades sentidas, o estágio representou um processo de crescimento significativo. A consolidação dos conhecimentos académicos foi acompanhada pelo desenvolvimento de competências técnicas, analíticas e organizacionais, indispensáveis ao exercício profissional em contextos de intervenção social. A nível relacional, destaca-se o reforço de capacidades como a empatia, assertividade e iniciativa, que se revelaram determinantes na construção de vínculos e na criação de um ambiente favorável ao trabalho socioeducativo. A adoção de uma postura empática – sustentada na escuta ativa, respeito pela individualidade e disponibilidade relacional – facilitou a criação de relações de confiança com os jovens e potenciou um clima institucional mais seguro e acolhedor.

Paralelamente, valorizou-se a experiência de trabalho em equipa, enquanto espaço de aprendizagem contínua e partilha profissional. Em síntese, o estágio permitiu desenvolver uma visão mais realista e informada sobre os desafios do campo da intervenção social, contribuindo para a formação de uma profissional mais crítica, competente e consciente do seu papel nos processos de mudança.

Método

A presente investigação adotou uma abordagem metodológica qualitativa, centrada na análise de documentos que será alvo de análise de conteúdo.

A recolha de dados foi realizada através da análise documental de processos individuais, com o objetivo de identificar os fatores multidimensionais que contribuem para a medida de internamento de jovens, bem como compreender de que forma esses fatores influenciam os seus comportamentos e as decisões institucionais associadas. Esta técnica teve especial incidência nos PEP, REMI e RF. Este tipo de abordagem permite aceder à complexidade dos fenómenos sociais, considerando as subjetividades, contextos e interações que moldam os percursos de vida dos indivíduos.

Os documentos analisados foram submetidos ao método de análise de conteúdo, tal como delineado por Bardin (2016), o que possibilitou uma abordagem sistemática e rigorosa da informação recolhida. Este método mostrou-se particularmente adequado à natureza qualitativa dos dados, permitindo a identificação de categorias temáticas relevantes relacionadas com os fatores que levaram à aplicação da medida de internamento, bem como com as dinâmicas de evolução comportamental dos jovens durante o seu percurso institucional.

A análise de conteúdo foi estruturada em três fases, conforme proposto pela autora. Na primeira fase – a pré-análise – procedeu-se a uma leitura flutuante e exploratória dos documentos, com o objetivo de se obter uma visão geral do material e definir os eixos centrais de análise em consonância com os objetivos da investigação. Foi também nesta fase que se realizou a seleção dos documentos pertinentes e a formulação de hipóteses iniciais de categorização.

Na segunda fase – a exploração do material – efetuou-se a codificação e categorização dos dados, através da identificação de unidades de registo significativas, que foram agrupadas em categorias temáticas emergentes. Estas categorias permitiram organizar a informação de forma coerente e facilitaram a comparação entre os diferentes casos analisados.

Por fim, na terceira fase – o tratamento dos resultados obtidos e interpretação –, as categorias foram analisadas à luz do referencial teórico e dos objetivos da investigação,

o que possibilitou uma interpretação crítica dos dados, respeitando os princípios da validade interna e da objetividade científica.

Este procedimento metodológico assegurou um tratamento sistemático do corpus documental, conferindo robustez às conclusões da investigação. Ao seguir as etapas propostas por Bardin, (2016) foi possível reduzir a subjetividade da análise e garantir que os resultados obtidos fossem representativos do conteúdo efetivamente presente nos documentos, contribuindo assim para a credibilidade e validade do estudo.

A opção amostral procurou garantir maior profundidade na análise e coerência metodológica com a experiência prática vivida durante o estágio e uma análise mais aprofundada e contextualizada da realidade observada.

Amostra

Tabela 2

Dados Sócio Demográficos da Amostra

Variável	Categoria	Nº
Sexo	Masculino	9
Idade	13 - 17	9
Escolaridade	1.º Ciclo do Ensino Básico	3
	2.º Ciclo do Ensino Básico	4
	3.º Ciclo do Ensino Básico	2

Note. Fonte: autoria própria a partir dos dados recolhidos dos processos individuais, 2024.

A amostra da presente análise é composta por nove jovens do sexo masculino, com medida de internamento no Centro Educativo (CE), com a exclusão de um jovem que não autorizou a sua participação. Estes jovens foram acompanhados de forma próxima durante o estágio, permitindo o acesso à documentação individual e à observação do seu percurso institucional

No que diz respeito à idade, os jovens encontravam-se entre os 13 e os 17 anos, sendo

mais frequente a idade de 15 anos (quatro casos), seguida de 16 anos (dois casos). Em termos de nacionalidade, a maioria era portuguesa (oito jovens), e apenas um era de origem africana.

Quanto à escolaridade antes da medida de internamento, verificou-se que quatro jovens tinham concluído o 6.º ano de escolaridade, três o 4.º ano e dois o 8.º ano.

Relativamente à estrutura familiar, cinco jovens provinham de famílias nucleares, enquanto os restantes estavam distribuídos por famílias monoparentais (um caso), famílias reconstituídas (um caso) e instituições de acolhimento (dois casos). A relação com os pais ou responsáveis era maioritariamente considerada positiva por sete dos jovens, embora dois referissem a inexistência de uma ligação afetiva significativa.

com os pais ou responsáveis era maioritariamente considerada positiva por sete dos jovens, embora dois referissem a inexistência de uma ligação afetiva significativa.

A grande maioria dos jovens (oito) foi internado após a passagem por outra instituição, sendo apenas um oriundo diretamente do contexto familiar. No que toca ao número de acolhimentos anteriores, quatro jovens já haviam sido acolhidos uma vez, três já tinham duas vezes, e um jovem tinha quatro acolhimentos registados. Apenas um jovem estava a viver a sua primeira experiência institucional.

O regime de internamento predominante era o semiaberto (oito jovens), estando apenas um jovem em regime aberto. Nenhum jovem encontrava-se em regime fechado. Quanto à medida aplicada pelo tribunal, quatro jovens foram internados por 18 meses, dois por 24 meses, e os restantes por períodos de 12, 15 meses ou em MCG. A maioria dos jovens (sete em nove) estava integrada em programas internos do centro educativo, com base nos seus percursos individuais e necessidades específicas.

No que respeita ao contacto familiar durante a medida de internamento, oito jovens mantinham contacto com familiares diretos ou com técnicos de instituições anteriores. Apenas um jovem não apresentava qualquer contacto com a família de origem, mantendo apenas ligação com as técnicas das casas de acolhimento.

A análise dos fatores comportamentais e sociais revela que os comportamentos mais comuns entre os jovens eram a impulsividade e a agressividade (sete jovens), seguidos pela desobediência, instabilidade emocional, défice de autocontrolo e desinteresse escolar (cinco casos cada). Também se identificaram comportamentos como associação a pares desviantes, fugas da instituição, consumo/tráfico de substâncias, absentismo escolar e, em

menor grau, necessidade de educação para o direito.

O primeiro acolhimento foi, em grande parte, motivado por negligência parental (sete jovens), muitas vezes associada a negligência alimentar, habitacional e escolar. Quatro jovens relataram ainda abuso físico e/ou psicológico, e três referiram uso de substâncias por parte dos progenitores. Outros fatores incluíram o comportamento desadequado, a marginalização social e, em menor número, o abuso sexual.

Quanto ao histórico de abuso ou negligência, oito jovens confirmaram situações de risco antes da entrada no CE. Apenas um jovem não apresentava esse histórico. O início dos comportamentos desviantes ocorreu maioritariamente entre os 12 e os 13 anos de idade.

No que diz respeito à saúde mental, cinco jovens tinham diagnóstico de Perturbação de Hiperatividade e Déficit de Atenção (PHDA), dois apresentavam Perturbações de Comportamento, e um tinha diagnóstico de Perturbação Desafiante de Oposição. Apenas um jovem não apresentava diagnóstico. O consumo de substâncias antes da entrada no CE foi reportado por sete dos nove jovens.

Por fim, em relação aos delitos cometidos, a maioria dos jovens esteve envolvida em ofensas à integridade física simples (sete casos) e danos materiais (cinco casos), além de delitos como injúria, difamação, coação, furto, ameaça agravada, importunação sexual, e, em casos mais graves, abuso sexual de crianças e violação. Esta diversidade de delitos mostra a complexidade dos contextos individuais e sociais destes jovens.

Ou seja, após estes casos acima mencionados, podemos concluir que a medida de internamento de jovens ocorre devido a uma combinação de fatores complexos que afetam o seu desenvolvimento, e casos de problemas familiares, como conflitos graves, violência doméstica, abuso e negligência parental, estão assim entre as principais causas, especialmente em famílias destruídas como se demonstraram ser na sua grande maioria. A dependência de substâncias ou problemas de saúde mental dos pais também foram razões frequentes, e conseqüentemente, os comportamentos delinquentes, como crimes e o uso de substâncias, foram outro dos motivos para o acolhimento, agravados por dificuldades em seguir normas sociais e agressividade. Muitos desses jovens sofrem de transtornos mentais, como depressão e ansiedade, resultantes de traumas e negligência, o que intensifica os problemas comportamentais.

A pobreza e a exclusão social também têm um papel importante, limitando o acesso à educação, saúde e oportunidades, onde a falta de sucesso escolar e absentismo são comuns, muitas vezes causados por dificuldades económicas ou exclusão escolar. A pressão social e a influência de pares negativos também os levaram a comportamentos de risco, agravados pela falta de supervisão familiar e comunitária.

A ausência de redes de apoio antes de tudo se começar a desmoronar na vida destes jovens agrava a situação, pois sem suporte adequado, as intervenções preventivas falham, levando assim à necessidade dos tais internamentos.

Resumidamente, esta medida é tomada, devido a problemas familiares, comportamentais, socioeconómicos e de saúde mental, quando outros apoios não conseguem garantir a segurança e o bem-estar do jovem.

Discussão

Os jovens incluídos na amostra apresentavam idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos, sendo que a maioria se concentrava nos 15 anos de idade. Este dado vai ao encontro da literatura científica que identifica a adolescência média como um período particularmente sensível ao envolvimento em comportamentos infracionais (Silva & Ferreira, 2015; Moffitt, 1993). Esta fase do desenvolvimento é frequentemente caracterizada por intensas transformações biológicas, cognitivas e emocionais, que aumentam a propensão dos adolescentes para a experimentação e adoção de comportamentos de risco, incluindo a transgressão de normas sociais e legais (Steinberg, 2008).

Diversos autores têm sublinhado que fatores como a instabilidade emocional, o processo de construção da identidade e a necessidade de afirmação perante o grupo de pares contribuem para a vulnerabilidade acrescida dos adolescentes face à delinquência (Erikson, 1968; Jessor, 1991). A influência dos pares, em particular, assume um papel relevante, funcionando muitas vezes como um catalisador para comportamentos desviantes, sobretudo em contextos marcados por exclusão social e ausência de suporte familiar estruturado (Santos, 2010; Costa & Fonseca, 2013).

Os resultados deste estudo demonstram que os jovens internados em centros educativos apresentam, na sua maioria, um perfil sociodemográfico e educacional caracterizado por trajetos escolares irregulares, níveis de escolaridade abaixo do esperado para a idade e histórico de insucesso escolar. Esta realidade configura um fator de risco significativo para o envolvimento em comportamentos desviantes, conforme apontado por Veríssimo (1990), que identifica a escola como um potencial espaço de proteção, desde que consiga promover a inclusão e o sucesso escolar. Quando essa função não é cumprida, a escola pode, ao contrário, tornar-se um espaço de exclusão, reforçando a vulnerabilidade social dos jovens (Ferreira, 1997).

No que respeita à estrutura familiar, a maioria dos jovens apresenta antecedentes de desestruturação familiar, com presença de modelos parentais ausentes, negligentes ou pouco consistentes. Esta ausência de vínculos afetivos seguros, especialmente com figuras parentais, compromete o desenvolvimento emocional e social dos jovens e agrava os comportamentos de risco, como descrito por Gaspar (2020). A ambivalência nas perceções dos jovens relativamente aos cuidadores também emerge como um fator

relevante, refletindo sentimentos contraditórios que dificultam a construção de referências estáveis. Tais dinâmicas familiares fragilizadas foram já destacadas por Marteleira (2004) e Barbosa-Ducharne (2012) como altamente correlacionadas com as trajetórias do internamento.

A análise do percurso institucional evidencia que o primeiro acolhimento tende a ocorrer como resposta à acumulação de fatores de risco: negligência, abandono, consumo de substâncias pelos pais e vivência em contextos de exclusão social. A estes somam-se, em muitos casos, episódios de violência doméstica e exposição a redes de pares envolvidos em comportamentos delinquentes. Os dados indicam ainda que muitos jovens têm múltiplas passagens por instituições, o que sugere uma falha nas respostas institucionais, incapazes de interromper o ciclo de reincidência. Walters (2017) e Fisher (1999) defendem que essa reincidência se deve, em grande medida, à ausência de estratégias de reabilitação eficazes e individualizadas.

Em termos de medidas aplicadas, observa-se uma prevalência de regimes semiabertos, com duração variável. A participação em programas internos nem sempre é consistente, e muitos jovens demonstram baixa adesão às propostas educativas e terapêuticas. Tais dificuldades podem estar relacionadas com a inexistência de um trabalho de motivação prévio, bem como com o desalinhamento entre as propostas institucionais e as reais necessidades dos jovens. Benelli (2014) e Braga (2017) alertam que, em contextos de marginalidade social, os modelos institucionais genéricos revelam baixa eficácia, sendo necessário um planeamento centrado no jovem, com objetivos realistas e acompanhamentos individualizados.

A questão do contacto familiar revela-se ambivalente. Em alguns casos, a manutenção de laços familiares funciona como fator de proteção; noutros, a ausência ou toxicidade desses vínculos contribui para sentimentos de abandono e isolamento, dificultando a reinserção. É fundamental, portanto, que os centros educativos avaliem de forma contínua a qualidade dos vínculos existentes e promovam, sempre que possível, relações significativas alternativas, como com técnicos ou cuidadores institucionais (Rodrigues & Fonseca, 2004).

Em relação aos comportamentos desviantes e à saúde mental, verificou-se uma frequência significativa de condutas agressivas, impulsivas e autolesivas. Tais

manifestações estão frequentemente associadas a experiências traumáticas e desorganização emocional, evidenciando a necessidade de intervenção especializada. Miura, Yamashita & Iwata (2017) e Vieira (2018) destacam a importância de considerar os défices de autorregulação emocional e os diagnósticos clínicos no planeamento das medidas socioeducativas. As equipas técnicas dos centros educativos devem, por isso, incluir profissionais com competências nas áreas da saúde mental e da psicoterapia.

No que diz respeito à delinquência e à gravidade dos delitos, o estudo mostra uma tipologia diversificada de infrações, desde delitos contra o património até comportamentos de elevada periculosidade. Esta diversidade exige uma abordagem multidimensional e personalizada, tal como sugerido por Dias (2012) e Rodrigues & Silva (2019), que defendem programas de capacitação pessoal e profissional como ferramentas essenciais para prevenir a reincidência.

A literatura internacional também confirma que a reincidência juvenil está frequentemente associada à falha na implementação de planos de reintegração estruturados. Fisher (1994, 1999) e Walters (2017) sublinham a importância de programas de apoio continuado que abranjam não só a formação profissional e o acompanhamento psicológico, mas também a construção de projetos de vida realistas e integradores. Neste sentido, os contributos de Mintzberg (2010) e Barreiro (2015) reforçam a necessidade de repensar os modelos de gestão das instituições educativas, promovendo práticas organizacionais mais flexíveis, eficazes e centradas no jovem.

A análise cruzada com a literatura permite concluir que, embora os fatores associados à primeira medida de internamento estejam bem documentados, a reincidência permanece como um desafio estrutural. A ausência de medidas de acompanhamento pós-acolhimento adequadas, a fragilidade das respostas comunitárias e a complexidade dos contextos de origem dos jovens dificultam a rutura com o ciclo de exclusão. É, por isso, imperativo apostar em estratégias integradas, que combinem intervenção institucional com políticas públicas de inclusão social, capazes de dar resposta aos múltiplos determinantes da delinquência juvenil.

No geral, este estudo reforça a importância de uma abordagem multidisciplinar na reabilitação juvenil, que combine medidas preventivas, programas eficazes de reinserção social e um acompanhamento estruturado para evitar a perpetuação do ciclo de internamento.

Limitações

Os resultados obtidos evidenciam a importância de repensar as práticas de intervenção nos centros educativos, sobretudo no que diz respeito ao acompanhamento dos jovens após a sua saída. O estudo intitulado "Intervenção na saúde mental dos adolescentes nos centros educativos portugueses – um estudo preliminar", de Ferreira e Martins (2022), destaca a necessidade de repensar as práticas de intervenção nos centros educativos, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento dos jovens após a sua saída. Os autores enfatizam que a ausência de um suporte pós-institucionalização estruturado compromete a eficácia do processo de reintegração, aumentando o risco de reincidência. Além disso, apontam que muitas intervenções seguem modelos generalistas, que desconsideram as especificidades individuais dos jovens, incluindo diagnósticos clínicos, experiências traumáticas e trajetórias sociais distintas. Essa limitação torna-se particularmente crítica quando associada a vínculos familiares fragilizados e à influência de redes de pares com comportamentos desviantes, fatores que não são suficientemente abordados nos atuais programas educativos e terapêuticos. Assim, os autores defendem a adoção de abordagens multidisciplinares, com intervenções mais precoces e personalizadas, que envolvam não apenas os jovens, mas também as suas famílias e comunidades, promovendo mudanças sustentadas e significativas nas suas trajetórias.

A investigação realizada apresenta limitações relevantes, que devem ser consideradas na análise dos seus resultados. Em primeiro lugar, o estudo baseou-se numa amostra reduzida, composta por jovens de um único centro educativo, o que restringe a generalização das conclusões para outros contextos institucionais ou geográficos. Além disso, sendo um estudo de natureza qualitativa, a interpretação dos dados pode ter sido influenciada por elementos subjetivos, tanto da parte dos investigadores como dos documentos analisados. É igualmente importante reconhecer que os registos documentais utilizados poderão não refletir, de forma integral, a complexidade das experiências juvenis nem a totalidade das dinâmicas institucionais observadas.

Com base nas limitações identificadas, torna-se pertinente sugerir linhas de investigação que possam aprofundar e complementar os resultados obtidos. Estudos longitudinais, que acompanhem os jovens ao longo do tempo, permitiriam avaliar com maior precisão o impacto das intervenções na trajetória de reintegração social e prevenir a reincidência. A inclusão das perspetivas dos próprios jovens e dos profissionais que

com eles trabalham, através de entrevistas ou grupos focais, seria igualmente valiosa para captar as experiências vividas de forma direta. Adicionalmente, a comparação entre diferentes centros educativos, com realidades institucionais e regionais distintas, poderia enriquecer a compreensão sobre os fatores que influenciam os resultados das intervenções. Por fim, a avaliação sistemática da eficácia dos programas educativos e terapêuticos em vigor constitui um passo essencial para o seu ajustamento às reais necessidades dos jovens.

Esta experiência representou uma etapa fundamental na consolidação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da formação académica, permitindo a sua aplicação em contextos práticos de elevada exigência e complexidade. A realização de tarefas como a elaboração de planos individualizados, a análise de processos institucionais e o contacto direto com os jovens e respetivas famílias possibilitou o desenvolvimento de competências técnicas específicas, como a redação de relatórios socioeducativos, a construção de diagnósticos sociais e a formulação de estratégias de intervenção adaptadas às necessidades individuais. Simultaneamente, promoveu o fortalecimento de competências analíticas, ao exigir a interpretação crítica de informações multidimensionais - jurídicas, psicossociais e institucionais - e a sua articulação coerente em propostas de ação. No plano organizacional, a experiência favoreceu a aquisição de métodos de planeamento e gestão de tempo, essenciais para lidar com a multiplicidade de tarefas e prazos inerentes ao trabalho em equipas multidisciplinares. Assim, o estágio revelou-se um espaço privilegiado de aprendizagem experiencial, onde a teoria e a prática se articularam de forma sinérgica, contribuindo para a construção de uma identidade profissional sólida e consciente do seu papel no campo da intervenção social.

Conclusões

A investigação realizada sobre as causas da primeira medida de internamento de jovens permitiu uma análise profunda das suas trajetórias e contextos de origem. Através da análise processual e da observação direta ao longo de vários meses, identificaram-se fatores recorrentes como desestruturação familiar, negligência, violência, toxicodependência, ausência de supervisão parental, pobreza e exclusão social. Estes elementos revelam um padrão comum de vulnerabilidade, agravado por condições habitacionais precárias, abandono escolar e falta de apoio básico. Muitos jovens apresentavam também perturbações emocionais e comportamentais, frequentemente ligadas a traumas precoces, como abuso, violência doméstica ou negligência grave, o que dificultava a sua adaptação às normas institucionais.

Apesar do quadro adverso, foram identificados casos de superação, mostrando que, com apoio adequado, é possível desenvolver resiliência. A investigação conclui que a institucionalização tende a surgir como resposta final a situações complexas e persistentes, em contextos onde falharam as intervenções preventivas.

Reflexões Finais sobre o Impacto do Estágio no seu Desenvolvimento Profissional

A realização do estágio curricular num centro educativo constituiu uma oportunidade privilegiada para aprofundar conhecimentos teóricos e desenvolver competências práticas no domínio da intervenção social com jovens em risco. Apesar das limitações no contacto direto com os jovens institucionalizados, a experiência permitiu consolidar aprendizagens relevantes, particularmente ao nível da análise de trajetórias individuais e da compreensão dos fatores subjacentes à institucionalização.

Foram fortalecidas competências técnicas, como a análise documental, a interpretação crítica de dados, a redação de relatórios e a articulação com referenciais legais e teóricos. Adicionalmente, foi possível observar o funcionamento de uma estrutura institucional complexa, compreendendo as dinâmicas interdisciplinares envolvidas no processo de reintegração social.

A limitação da intervenção direta impôs a necessidade de adaptação metodológica, evidenciando a importância da flexibilidade, da análise contextual e da atuação ética em

contextos restritivos. Neste sentido, o estágio contribuiu para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre os obstáculos inerentes à prática profissional em ambientes institucionais, destacando a relevância da comunicação interprofissional, da escuta ativa e da gestão das exigências organizacionais.

A articulação entre teoria e prática revelou-se essencial para a compreensão integrada dos fenômenos sociais associados à delinquência juvenil, bem como para o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais informadas e contextualizadas. Em síntese, o estágio reforçou a importância de uma prática profissional alicerçada na análise crítica, na reflexão ética e na constante atualização de conhecimentos.

No que diz respeito à intervenção em estágio, esta revelou-se aquém das expectativas iniciais, principalmente devido à dificuldade em definir e manter um plano de ação coerente e ao reduzido contacto direto com os jovens. Embora compreensíveis pelas regras institucionais, essas limitações condicionaram a construção de vínculos, dificultando uma atuação mais significativa. A experiência, apesar disso, permitiu refletir sobre os desafios da prática institucional e a importância de criar contextos de estágio mais claros, com objetivos definidos e maior margem de participação ativa dos estagiários.

Em síntese, a investigação evidenciou a complexidade das causas do internamento juvenil e sublinhou a necessidade de reforçar as redes de apoio e a intervenção precoce. Já a experiência de estágio, embora limitada, contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os obstáculos e potencialidades da intervenção social neste tipo de contexto.

Bibliografia

- Andrade, L. M. (2021). *Intervenção socioeducativa e prevenção da delinquência juvenil*. Edições Afrontamento.
- Barbosa-Ducharne, M., Cruz, O., & Nunes, C. (2012). Risco e proteção no desenvolvimento: Implicações para a intervenção. *Psicologia, Educação e Cultura*, 16(2), 341–358.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (5. ed.). Lisboa: Edições 70.
- Barreiro, M. (2015). *Jovens e delinquência: Fatores de risco e mecanismos de proteção*. Lisboa: Editora Universitária.
- Barreiro, S. (2015). *A família e o comportamento desviante: Contribuições para a compreensão dos fatores de risco*. Lisboa: Edições Universitárias.
- Benelli, N. (2014). A medida tutelar de internamento: Reflexões à luz da pedagogia social. *Revista de Ciências da Educação*, 24(1), 21–35.
- Benelli, P. (2014). *A institucionalização e o comportamento juvenil: Desafios e oportunidades*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Braga, T., Gonçalves, R. A., & Martins, C. (2017). Comportamentos desviantes na adolescência: A influência da estrutura familiar e do autocontrolo. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 19(3), 111–124. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v19n3p111-124>
- Carvalho, J. P. (2022). *Políticas públicas e juventude: Prevenção e reinserção social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, L., & Fonseca, L. (2013). Os pares como influenciadores de comportamentos desviantes na adolescência. *Psicologia e Sociedade*, 25(2), 45-59. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000200006>
- Carvalho, M., & Sousa, L. (2020). *Jovens em conflito com a lei: Desafios da intervenção institucional*. Lisboa: Edições Almedina.
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. (2019). *Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ 2018*. Lisboa: CNPDPCJ. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/>
- Correia, P., & Silva, R. (2019). *Medidas tutelares educativas: Entre a proteção e a responsabilização*. *Revista de Direito e Sociedade*, 26(2), 145–161.
- Costa, C., Martins, M. J. D., & Rodrigues, M. (2021). Juventude e comportamentos de risco: A influência das redes sociais. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, 7(1), 45–59. <https://doi.org/10.31211/rpics.2021.7.1.190>

- Costa, L., & Fonseca, L. (2013). Os pares como influenciadores de comportamentos desviantes na adolescência. *Psicologia e Sociedade*, 25(2), 45-59. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000200006>
- Cunha, A. P. (2020). *A institucionalização de jovens em conflito com a lei: Efeitos, desafios e perspectivas*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Diário da República. (1999). *Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99)*. <https://diariodarepublica.pt>
- Dias, S. (2012). *A delinquência juvenil e a reintegração social: Modelos e intervenções*. Porto: Universidade do Porto.
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2009). *Guia de intervenção tutelar educativa*. Ministério da Justiça. Recuperado de <https://www.dgrsp.justica.gov.pt>
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (s.d.). *Processo tutelar educativo*. <https://dgrsp.justica.gov.pt>
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2020). *Relatório anual de atividades 2019*. Lisboa: Ministério da Justiça. <https://dgrsp.justica.gov.pt/>
- Duarte, R. (2022). *Risco e proteção na adolescência: Comportamentos e intervenções*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Educar com Vida. (s.d.). *Medidas tutelares educativas*. <https://educarcomvida.blogs.sapo.pt>
- Erikson, E. H. (1968). *Identidade: Juventude e crise*. São Paulo: Editora Mestre Jou.
- Farrington, D. P., & Welsh, B. C. (2007). *Saving children from a life of crime: Early risk factors and effective interventions*. Oxford University Press.
- European Committee for the Prevention of Torture. (2018). *Report to the Portuguese Government on the visit to Portugal carried out by the CPT*. Council of Europe. <https://www.coe.int/en/web/cpt>
- Ferreira, M. (1997). *A escola e a delinquência juvenil: A função protetora da educação*. Porto: Universidade do Porto.
- Ferreira, L. (2018). *Juventude, violência e marginalização: Um estudo sociológico em contexto urbano*. Porto: Afrontamento.
- Ferreira, V. S. (2017). Juventude e exclusão social: Processos e dinâmicas. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 34, 55–73. <https://doi.org/10.21747/08723419/soc34a3>

- Ferreira, C., & Martins, P. C. (2022). Intervenção na saúde mental dos adolescentes nos centros educativos portugueses – um estudo preliminar. *Revista Contexto & Saúde*, 22(46), e13188. <https://doi.org/10.21527/2176-7114.2022.46.13188>
- Fisher, C. (1999). The institutionalization of youth offenders: The impact of detention. *British Journal of Criminology*, 39(2), 200-213. <https://doi.org/10.1093/bjc/39.2.200>
- Fisher, M. (1999). *Instituições totais e espaço institucional: Uma abordagem crítica da arquitetura social*. In C. J. Smith (Ed.), *Espaço e controle social* (pp. 85–102). São Paulo: Cortez.
- Fulham, K., O’Leary, N., & Parker, D. (2023). Restorative justice and youth: Evaluating therapeutic approaches to juvenile offending. *Journal of Youth Studies*, 26(4), 512–529. <https://doi.org/10.1080/13676261.2023.2188889>
- Gaspar, M. F. (2020). Famílias vulneráveis e risco de exclusão: Desafios para a intervenção precoce. *Revista Infância e Juventude em Risco*, 6(2), 91–107. <https://doi.org/10.34632/ijr.2020.9862>
- Gaspar, P. (2020). A influência da dinâmica familiar no desenvolvimento de comportamentos desviantes na adolescência. *Psicologia & Educação*, 33(1), 112-126. <https://doi.org/10.1016/j.pe.2020.01.005>
- Goffman, E. (1961). *Asylums: Essays on the social situation of mental patients and other inmates*. New York: Anchor Books.
- Gomes, A. (2017). *Famílias em risco: Disfunções parentais e respostas sociais*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Gonçalves, M. P. (2020). *Práticas institucionais e reintegração social de jovens em centros de detenção: Um estudo de caso*. Lisboa: Edições Almedina.
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Jessor, R. (1991). Risk factors in adolescent health behavior. In L. S. Siegel & M. W. McLeroy (Eds.), *Adolescent health behavior: A developmental perspective* (pp. 45-56). New York: Plenum Press.
- Langevin, S., Hébert, M., Ouellet-Morin, I., & Côté, S. M. (2022). Delinquency trajectories and biological aging in adolescence and young adulthood. *Development and Psychopathology*, 1–12. <https://doi.org/10.1017/S0954579422000800>
- Lei Tutelar Educativa, Decreto-Lei n.º 166/99, de 14 de setembro. Diário da República n.º 214/1999, Série I-A. <https://dre.pt/>

- Lipsey, M. W. (2009). The effectiveness of juvenile justice programs: A meta-analysis. *Journal of Experimental Criminology*, 5(2), 223–245. <https://doi.org/10.1007/s11292-009-9067-5>
- Martins, C., & Costa, F. (2018). *Intervenção com jovens em risco: Teoria e prática em contextos institucionais*. Lisboa: Pactor.
- Martins, R., & Silva, M. (2021). *A reintegração de jovens institucionalizados: Caminhos para a autonomia*. *Revista de Serviço Social*, 35(1), 77–92.
- Mascarenhas, A. (2024). *Delinquência juvenil em Portugal: Diagnóstico e caminhos de intervenção* [Tese de doutoramento, não publicada]. Universidade Nova de Lisboa.
- Ministério da Justiça. (2017). *Política pública para centros educativos e medidas tutelares*. Lisboa: MJ.
- Mintzberg, H. (2010). *Estruturas organizacionais: Estruturas em cinco configurações*. São Paulo: Atlas.
- Mintzberg, H. (2010). *The nature of managerial work*. New York: Harper & Row.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674-701. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.4.674>
- Miura, K., Yamashita, K., & Iwata, N. (2017). The role of emotional regulation and impulsivity in juvenile delinquency. *Japanese Journal of Psychology*, 88(4), 347–356. <https://doi.org/10.4992/jjpsy.88.17027>
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674-701. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.4.674>
- National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine. (2022). *Reentry for juveniles: Improving transitions from secure confinement to community-based services*. The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/25658>
- Nunes, C. (2023). *Comportamentos de risco na adolescência: Conceitos, causas e consequências*. Braga: UMinho Editora.
- Oliveira, J. (2020). *Delinquência juvenil em Portugal: Um olhar psicossocial*. *Revista Portuguesa de Ciências do Comportamento*, 12(1), 55–70.
- Oliveira, R., & Santos, L. (2020). A relação terapêutica no contexto da intervenção com jovens: O papel da confiança e da empatia. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 39(1), 79–92. <https://doi.org/10.5935/1678-3283.39.1.6>

- Organização das Nações Unidas. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. <https://www.unicef.org/portugal/media/631/file/CRC.pdf>
- Pais, J. M. (1993). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Parreira, C. (2018). Intervenção precoce e vínculos de proteção: Uma abordagem integradora. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 52(1), 27–44. https://doi.org/10.14195/1647-8614_52-1_2
- Pereira, V., & Almeida, S. (2019). *Exclusão social e juventude: Percursos de vulnerabilidade e intervenção comunitária*. Braga: Universidade do Minho.
- Repositório Comum. (s.d.). *Das medidas cautelares necessárias e urgentes*. <https://comum.rcaap.pt>
- Rodrigues, A., & Fonseca, J. (2004). A importância dos laços familiares na reintegração de jovens em centros educativos. *Psicologia e Educação*, 31(3), 45-56. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000300004>
- Rodrigues, M., & Silva, P. (2019). Programas de capacitação pessoal e profissional na prevenção da reincidência juvenil. *Psicologia Social e Educação*, 22(2), 110-125. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822019000200006>
- Santos, A. (2010). A influência dos pares no comportamento juvenil: Reflexões a partir da delinquência juvenil. *Psicologia Social*, 28(3), 198-210. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000300006>
- Santos, F. (2009). A institucionalização de jovens em Portugal: Entre a proteção e a exclusão social. *Revista Portuguesa de Ciências Sociais*, 17(1), 35–50.
- Santos, M., Oliveira, T., & Lopes, F. (2016). *Saúde mental em adolescentes institucionalizados: Diagnósticos e respostas*. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 113–125.
- Silva, D., & Ribeiro, A. (2021). *Abandono e insucesso escolar: Fatores sociais e institucionais*. *Revista de Educação Inclusiva*, 14(2), 89–105.
- Silva, P. R. (2021). *Reinserção de jovens em conflito com a lei: Desafios e oportunidades*. *Revista Lusófona de Educação*, 51, 149–164. <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle51.11>
- Silva, R., & Ferreira, J. (2015). A delinquência juvenil na adolescência média: Riscos e fatores determinantes. *Psicologia e Educação*, 32(4), 134-145. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822015000400009>
- Sistema de Segurança Interna*. (2015). Relatório anual de segurança interna 2015 (p. 75). <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=8a174f50-14a5-406b->

b087-969bf19c49c3

Steinberg, L. (2008). *Adolescence* (8th ed.). New York: McGraw-Hill.

UNICEF. (2006). *The impact of institutionalization on child development*.
<https://www.unicef.org>

UNODC. (2018). *Juvenile justice: A handbook on the prevention and treatment of juvenile offenders*. United Nations Office on Drugs and Crime.
<https://www.unodc.org/juvenilejusticehandbook>

Vieira, M. (2018). Intervenção psicoterapêutica e seus impactos no comportamento de jovens institucionalizados. *Revista Brasileira de Terapias Psicossociais*, 35(1), 98-114.
<https://doi.org/10.1590/0102-71822018001000109>

Vieira, R. (2018). *Comportamentos desviantes na adolescência: Fatores de risco e intervenção*. Coimbra: Almedina.

Vogel, D. L., Wade, N. G., & Hackler, A. H. (2023). Stigma and reintegration of formerly incarcerated youth: A review of the literature. *Journal of Juvenile Justice*, 27(2), 113–130. <https://doi.org/10.1016/j.jjdx.2023.04.002>

Walters, G. D. (2017). *The criminal lifestyle: Patterns of behavior in and out of crime*. New York: Springer.

Wacquant, L. (2009). *Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity*. Duke University Press.

Zehr, H. (2002). *The little book of restorative justice*. Good Books.

Anexos

Anexo nº1: Cronograma

	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
<i>Elaboração do projeto</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
<i>Estágio</i>			X	X	X	X	X	X	X		X											
<i>Pesquisa bibliográfica</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
<i>Construção das técnicas de pesquisa</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X					
<i>Recolha de dados</i>			X	X	X	X	X	X	X		X											
<i>Redação do texto</i>		X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
<i>Revisão geral do texto</i>																		X	X	X	X	
<i>Entrega final</i>																						X

Anexo nº2: Organograma do CE

